

Informações Trimestrais - ITR

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

31 de março de 2018
com relatório sobre a revisão das informações
trimestrais



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Administradores e Acionistas da
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR respectivamente referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Recuperação Extrajudicial

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que, em 22 de julho de 2017, a Companhia, ajuizou pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos”), em conjunto com suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONKER, Companhia de Maestra Serviços de Engenharia S.A., NTL - Navegação e Logística S.A., Dable Participações Ltda. e Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. (em conjunto “Recuperandas”), nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo em 25 de julho de 2017, conforme descrito nas referidas notas explicativas. Os Planos foram homologados pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no dia 9 de fevereiro de 2018, nas condições descritas na Nota Explicativa nº 33 ii). Os possíveis efeitos sobre as operações das Recuperandas, caso haja, dependem de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, tais como o próprio resultado da execução dos Planos nos moldes planejados. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e controladas

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1, 12 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, onde a Administração detalha o plano para continuidade operacional da Companhia e de suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte. A continuidade operacional depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, além da alienação de ativos e execução dos Planos de Recuperação Extrajudicial. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas concessionárias. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.



Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da investida Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 3 iv) e 31 ii) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as seguintes ações foram tomadas em relação ao investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil S.A.: i) baixa integral do investimento na Aeroportos Brasil S.A. no exercício de 2017, em decorrência da Assembleia Geral Extraordinária em 28 de julho de 2017, onde os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17; ii) Em 07 de maio de 2018 as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de recuperação judicial. A implementação das ações acima depende de eventos futuros e visam preservar os ativos e a promover o equacionamento de sua situação financeira com vistas a assegurar a continuidade de suas atividades. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das investidas acima citadas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Continuidade operacional da controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. Concepa

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3 i) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa encerrará suas operações em 4 de julho de 2018, em razão da conclusão da extensão do prazo de concessão. As demonstrações financeiras intermediárias da investida foram preparadas no pressuposto do encerramento do contrato de concessão. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Investigação Interna

Conforme mencionado na Nota Explicativa nºs 1 vii) e 31 i) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigações internas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre os mandados de busca e apreensão, cumprido pela Polícia Federal, na sede da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda., ocorrido em 22 de fevereiro de 2018. As ações para a investigação pelo Comitê Independente ainda se encontram em fase inicial e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou suas controladas decorrentes deste processo de investigação interno, bem como pelas autoridades públicas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.



Apresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa nº 2.6 foram auditados por nós, que emitimos relatório datado em 15 de março de 2018, que não conteve qualquer modificação. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC- 2SP034519/O-6



Ezequiel Lityac
Contador CRC-1SP249186/O-5

Índice

Dados da Empresa

| | |
|-----------------------|---|
| Composição do Capital | 1 |
| Proventos em Dinheiro | 2 |

DFs Individuais

| | |
|--------------------------------------|---|
| Balanço Patrimonial Ativo | 3 |
| Balanço Patrimonial Passivo | 4 |
| Demonstração do Resultado | 5 |
| Demonstração do Resultado Abrangente | 6 |
| Demonstração do Fluxo de Caixa | 7 |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | |
|----------------------------------|----|
| DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018 | 8 |
| DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017 | 9 |
| Demonstração do Valor Adicionado | 10 |

DFs Consolidadas

| | |
|--------------------------------------|----|
| Balanço Patrimonial Ativo | 11 |
| Balanço Patrimonial Passivo | 12 |
| Demonstração do Resultado | 14 |
| Demonstração do Resultado Abrangente | 15 |
| Demonstração do Fluxo de Caixa | 16 |

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

| | |
|----------------------------------|----|
| DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018 | 18 |
| DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017 | 19 |
| Demonstração do Valor Adicionado | 20 |

| | |
|--------------------------|----|
| Comentário do Desempenho | 21 |
|--------------------------|----|

| | |
|--------------------|----|
| Notas Explicativas | 24 |
|--------------------|----|

| | |
|-------------------------------------------------------|----|
| Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes | 70 |
|-------------------------------------------------------|----|

Pareceres e Declarações

| | |
|--------------------------------------------------------------------|----|
| Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva | 74 |
| Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras | 76 |
| Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente | 77 |

Dados da Empresa / Composição do Capital

| Número de Ações (Mil) | Trimestre Atual 31/03/2018 |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| Do Capital Integralizado | |
| Ordinárias | 176.000 |
| Preferenciais | 0 |
| Total | 176.000 |
| Em Tesouraria | |
| Ordinárias | 2.493 |
| Preferenciais | 0 |
| Total | 2.493 |

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

| Evento | Aprovação | Provento | Início Pagamento | Espécie de Ação | Classe de Ação | Provento por Ação (Reais / Ação) |
|----------------------------|------------------|-----------------|-------------------------|------------------------|-----------------------|---------------------------------------------|
| Assembléia Geral Ordinária | 29/04/2016 | Dividendo | 23/02/2018 | Ordinária | | 0,26752 |

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2018 | Exercício Anterior 31/12/2017 |
|------------------------|----------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------------|
| 1 | Ativo Total | 1.786.856 | 1.859.860 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 416.793 | 150.454 |
| 1.01.01 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 299.999 | 3.782 |
| 1.01.01.01 | Caixa e Equivalentes de caixa | 299.999 | 3.782 |
| 1.01.03 | Contas a Receber | 93.482 | 124.200 |
| 1.01.03.01 | Clientes | 92.371 | 123.173 |
| 1.01.03.02 | Outras Contas a Receber | 1.111 | 1.027 |
| 1.01.03.02.01 | Adiantamento a fornecedores | 25 | 54 |
| 1.01.03.02.02 | Contas a receber - Partes relacionadas | 950 | 950 |
| 1.01.03.02.03 | Outros créditos | 136 | 23 |
| 1.01.06 | Tributos a Recuperar | 1.931 | 2.913 |
| 1.01.06.01 | Tributos Correntes a Recuperar | 1.931 | 2.913 |
| 1.01.08 | Outros Ativos Circulantes | 21.381 | 19.559 |
| 1.01.08.01 | Ativos Não-Correntes a Venda | 21.381 | 19.559 |
| 1.01.08.01.01 | Participações a comercializar | 21.381 | 19.559 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 1.370.063 | 1.709.406 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 300.040 | 655.791 |
| 1.02.01.03 | Contas a Receber | 18 | 18 |
| 1.02.01.03.02 | Outras Contas a Receber | 18 | 18 |
| 1.02.01.08 | Créditos com Partes Relacionadas | 300.022 | 655.773 |
| 1.02.01.08.02 | Créditos com Controladas | 300.022 | 655.773 |
| 1.02.02 | Investimentos | 1.051.039 | 1.033.976 |
| 1.02.02.01 | Participações Societárias | 1.051.039 | 1.033.976 |
| 1.02.02.01.02 | Participações em Controladas | 1.051.039 | 1.033.976 |
| 1.02.03 | Imobilizado | 9.332 | 9.437 |
| 1.02.03.01 | Imobilizado em Operação | 9.332 | 9.437 |
| 1.02.04 | Intangível | 9.652 | 10.202 |
| 1.02.04.01 | Intangíveis | 9.652 | 10.202 |
| 1.02.04.01.01 | Contrato de Concessão | 9.652 | 10.202 |

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2018 | Exercício Anterior 31/12/2017 |
|------------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------------|
| 2 | Passivo Total | 1.786.856 | 1.859.860 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 216.332 | 302.413 |
| 2.01.01 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 1.480 | 1.666 |
| 2.01.01.02 | Obrigações Trabalhistas | 1.480 | 1.666 |
| 2.01.02 | Fornecedores | 315 | 307 |
| 2.01.02.01 | Fornecedores Nacionais | 315 | 307 |
| 2.01.04 | Empréstimos e Financiamentos | 94.919 | 126.118 |
| 2.01.04.01 | Empréstimos e Financiamentos | 50.584 | 82.634 |
| 2.01.04.01.01 | Em Moeda Nacional | 50.584 | 82.634 |
| 2.01.04.02 | Debêntures | 44.335 | 43.484 |
| 2.01.04.02.01 | Debêntures | 44.335 | 43.484 |
| 2.01.05 | Outras Obrigações | 119.618 | 174.322 |
| 2.01.05.01 | Passivos com Partes Relacionadas | 14.282 | 14.285 |
| 2.01.05.01.02 | Débitos com Controladas | 14.282 | 14.285 |
| 2.01.05.02 | Outros | 105.336 | 160.037 |
| 2.01.05.02.01 | Dividendos e JCP a Pagar | 67.538 | 113.262 |
| 2.01.05.02.05 | Outros débitos | 37.592 | 40.065 |
| 2.01.05.02.07 | Impostos, Taxas e Contribuições | 206 | 6.710 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 339.389 | 352.107 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 82.788 | 48.435 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 82.788 | 48.435 |
| 2.02.01.01.01 | Em Moeda Nacional | 82.788 | 48.435 |
| 2.02.02 | Outras Obrigações | 7.839 | 14.317 |
| 2.02.02.02 | Outros | 7.839 | 14.317 |
| 2.02.02.02.04 | Outros débitos | 7.839 | 14.317 |
| 2.02.04 | Provisões | 248.762 | 289.355 |
| 2.02.04.01 | Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis | 248.762 | 289.355 |
| 2.02.04.01.05 | Provisão sobre PL negativo de controladas | 248.762 | 289.355 |
| 2.03 | Patrimônio Líquido | 1.231.135 | 1.205.340 |
| 2.03.01 | Capital Social Realizado | 832.085 | 832.085 |
| 2.03.01.01 | Capital Social | 842.979 | 842.979 |
| 2.03.01.02 | (-) Ações em tesouraria | -10.894 | -10.894 |
| 2.03.02 | Reservas de Capital | 13.188 | 13.188 |
| 2.03.02.07 | Reservas de capital | 13.188 | 13.188 |
| 2.03.03 | Reservas de Reavaliação | 69.377 | 85.014 |
| 2.03.04 | Reservas de Lucros | 316.485 | 275.053 |
| 2.03.04.01 | Reserva Legal | 32.224 | 32.224 |
| 2.03.04.05 | Reserva de Retenção de Lucros | 284.261 | 242.829 |

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017 |
|------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| 3.04 | Despesas/Receitas Operacionais | 22.988 | -62.434 |
| 3.04.02 | Despesas Gerais e Administrativas | -8.218 | -9.214 |
| 3.04.02.01 | Despesas Gerais e Administrativas | -2.983 | -3.354 |
| 3.04.02.02 | Remuneração dos Administradores | -2.309 | -2.383 |
| 3.04.02.03 | Despesas com Pessoal | -2.162 | -2.003 |
| 3.04.02.04 | Depreciação do Imobilizado | -111 | -121 |
| 3.04.02.05 | Amortização do Intangível | -65 | -119 |
| 3.04.02.06 | Amortização de ágio sobre investimentos | -588 | -1.234 |
| 3.04.04 | Outras Receitas Operacionais | 2.934 | 3.385 |
| 3.04.04.01 | Outras Receitas Operacionais | 2.934 | 3.385 |
| 3.04.05 | Outras Despesas Operacionais | -719 | -95 |
| 3.04.05.01 | Outras Despesas Operacionais | -530 | -95 |
| 3.04.05.02 | Outras Despesas não recorrentes | -189 | 0 |
| 3.04.06 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 28.991 | -56.510 |
| 3.04.06.01 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 28.991 | -56.510 |
| 3.05 | Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | 22.988 | -62.434 |
| 3.06 | Resultado Financeiro | 985 | -33.303 |
| 3.06.01 | Receitas Financeiras | 7.964 | 12.220 |
| 3.06.01.01 | Receitas Financeiras | 7.964 | 12.220 |
| 3.06.02 | Despesas Financeiras | -6.979 | -45.523 |
| 3.06.02.01 | Despesas Financeiras | -6.979 | -45.523 |
| 3.07 | Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | 23.973 | -95.737 |
| 3.09 | Resultado Líquido das Operações Continuadas | 23.973 | -95.737 |
| 3.10 | Resultado Líquido de Operações Descontinuadas | 1.822 | -5.227 |
| 3.11 | Lucro/Prejuízo do Período | 25.795 | -100.964 |
| 3.99 | Lucro por Ação - (Reais / Ação) | | |
| 3.99.01 | Lucro Básico por Ação | | |
| 3.99.01.01 | ON | 0,14867 | -0,58190 |
| 3.99.02 | Lucro Diluído por Ação | | |
| 3.99.02.01 | ON | 0,14867 | -0,58190 |

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017 |
|----------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| 4.01 | Lucro Líquido do Período | 25.795 | -100.964 |
| 4.02 | Outros Resultados Abrangentes | 15.637 | 11.355 |
| 4.02.01 | Reserva de reavaliação reflexa | 15.637 | 5.142 |
| 4.02.02 | Ajuste ao custo atribuído reflexo | 0 | 6.213 |
| 4.03 | Resultado Abrangente do Período | 41.432 | -89.609 |

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017 |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| 6.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | -7.041 | -290 |
| 6.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | -3.101 | -1.406 |
| 6.01.01.01 | Lucro Líquido do Exercício | 25.795 | -100.964 |
| 6.01.01.04 | Depreciação do Imobilizado | 111 | 121 |
| 6.01.01.05 | Amortização do Intangível | 653 | 1.353 |
| 6.01.01.06 | Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível | 0 | 1 |
| 6.01.01.08 | Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 4.967 | 4.281 |
| 6.01.01.09 | Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais | 0 | -2.015 |
| 6.01.01.10 | Variação Cambial sobre debentures | -3.814 | 0 |
| 6.01.01.12 | Resultado de Equivalência Patrimonial | -28.991 | 56.510 |
| 6.01.01.13 | Amortização de custo de emissão de debêntures | 0 | 204 |
| 6.01.01.14 | Ajuste a valor justo | 0 | 33.876 |
| 6.01.01.15 | Resultado de Operações Descontinuadas | -1.822 | 5.227 |
| 6.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | -3.940 | -3.708 |
| 6.01.02.02 | Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais | 11.563 | 0 |
| 6.01.02.03 | Impostos a Recuperar | 982 | -162 |
| 6.01.02.04 | Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber | -849 | -4.403 |
| 6.01.02.05 | Fornecedores | 8 | -7 |
| 6.01.02.06 | Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais | -3 | 0 |
| 6.01.02.07 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | -186 | 4.018 |
| 6.01.02.08 | Impostos, Taxas e Contribuições | -6.504 | 1.365 |
| 6.01.02.11 | Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar | -8.951 | -4.519 |
| 6.01.03 | Outros | 0 | 4.824 |
| 6.02 | Caixa Líquido Atividades de Investimento | 2.793 | -4.939 |
| 6.02.01 | Investimentos em Controladas e Coligadas | -28.665 | -18.294 |
| 6.02.03 | Recebimento da venda de investimento | 31.567 | 0 |
| 6.02.05 | Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos | 0 | 15.071 |
| 6.02.06 | Aquisição de Bens do Imobilizado | -6 | 0 |
| 6.02.08 | Adições ao Ativo Intangível | -103 | -1.716 |
| 6.03 | Caixa Líquido Atividades de Financiamento | 300.465 | 5.225 |
| 6.03.04 | Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | -46.437 | 0 |
| 6.03.05 | Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais | -59.630 | -43.925 |
| 6.03.06 | Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais | 399.320 | 55.147 |
| 6.03.07 | Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais | 8.312 | 0 |
| 6.03.09 | Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 0 | -4.096 |
| 6.03.10 | Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | -1.100 | -1.901 |
| 6.05 | Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | 296.217 | -4 |
| 6.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 3.782 | 350 |
| 6.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 299.999 | 346 |

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido |
|------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 842.979 | 2.294 | 275.053 | 0 | 85.014 | 1.205.340 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 842.979 | 2.294 | 275.053 | 0 | 85.014 | 1.205.340 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | 25.795 | 0 | 25.795 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | 25.795 | 0 | 25.795 |
| 5.06 | Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0 | 0 | 41.432 | -25.795 | -15.637 | 0 |
| 5.06.01 | Constituição de Reservas | 0 | 0 | 41.432 | -41.432 | 0 | 0 |
| 5.06.02 | Realização da Reserva Reavaliação | 0 | 0 | 0 | 15.637 | -15.637 | 0 |
| 5.07 | Saldos Finais | 842.979 | 2.294 | 316.485 | 0 | 69.377 | 1.231.135 |

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido |
|------------------------|-----------------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 842.979 | -301.629 | 72.440 | 0 | 361.801 | 975.591 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 842.979 | -301.629 | 72.440 | 0 | 361.801 | 975.591 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | -89.609 | -11.355 | -100.964 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | -100.964 | 0 | -100.964 |
| 5.05.02 | Outros Resultados Abrangentes | 0 | 0 | 0 | 11.355 | -11.355 | 0 |
| 5.05.02.06 | Realização da reserva de reavaliação | 0 | 0 | 0 | 5.142 | -5.142 | 0 |
| 5.05.02.07 | Realização de ajuste de avaliação patrimonial | 0 | 0 | 0 | 6.213 | -6.213 | 0 |
| 5.06 | Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0 | 0 | -72.440 | 72.440 | 0 | 0 |
| 5.06.05 | Absorção de Prejuízos | 0 | 0 | -72.440 | 72.440 | 0 | 0 |
| 5.07 | Saldos Finais | 842.979 | -301.629 | 0 | -17.169 | 350.446 | 874.627 |

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017 |
|------------------------|--------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| 7.01 | Receitas | 18.572 | 14.740 |
| 7.01.02 | Outras Receitas | 18.572 | 14.740 |
| 7.01.02.01 | Realização da Reserva de Reavaliação | 15.637 | 11.355 |
| 7.01.02.02 | Outras Receitas | 2.935 | 3.385 |
| 7.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros | -3.125 | -3.247 |
| 7.02.02 | Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros | -2.557 | -3.152 |
| 7.02.04 | Outros | -568 | -95 |
| 7.03 | Valor Adicionado Bruto | 15.447 | 11.493 |
| 7.04 | Retenções | -764 | -1.474 |
| 7.04.01 | Depreciação, Amortização e Exaustão | -764 | -1.474 |
| 7.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido | 14.683 | 10.019 |
| 7.06 | Vlr Adicionado Recebido em Transferência | 36.955 | -44.290 |
| 7.06.01 | Resultado de Equivalência Patrimonial | 28.991 | -56.510 |
| 7.06.02 | Receitas Financeiras | 7.964 | 12.220 |
| 7.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir | 51.638 | -34.271 |
| 7.08 | Distribuição do Valor Adicionado | 51.638 | -34.271 |
| 7.08.01 | Pessoal | 3.897 | 3.820 |
| 7.08.01.01 | Remuneração Direta | 3.361 | 3.373 |
| 7.08.01.02 | Benefícios | 448 | 362 |
| 7.08.01.03 | F.G.T.S. | 88 | 85 |
| 7.08.02 | Impostos, Taxas e Contribuições | 977 | 588 |
| 7.08.02.01 | Federais | 956 | 566 |
| 7.08.02.02 | Estaduais | 1 | 1 |
| 7.08.02.03 | Municipais | 20 | 21 |
| 7.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros | 7.154 | 45.703 |
| 7.08.03.01 | Juros | 6.979 | 45.583 |
| 7.08.03.02 | Aluguéis | 108 | 120 |
| 7.08.03.03 | Outras | 67 | 0 |
| 7.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios | 41.432 | -89.609 |
| 7.08.04.03 | Lucros Retidos / Prejuízo do Período | 41.432 | -89.609 |
| 7.08.05 | Outros | -1.822 | 5.227 |
| 7.08.05.01 | Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas | -1.822 | 5.227 |

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2018 | Exercício Anterior 31/12/2017 |
|------------------------|--------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------------|
| 1 | Ativo Total | 4.515.998 | 4.589.036 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 618.430 | 659.850 |
| 1.01.01 | Caixa e Equivalentes de Caixa | 356.514 | 380.114 |
| 1.01.01.01 | Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponíveis | 354.516 | 376.131 |
| 1.01.01.02 | Caixa Restrito | 1.998 | 3.983 |
| 1.01.02 | Aplicações Financeiras | 41.788 | 25.105 |
| 1.01.02.01 | Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo | 41.788 | 25.105 |
| 1.01.02.01.03 | Aplicações financeiras vinculadas | 41.788 | 25.105 |
| 1.01.03 | Contas a Receber | 172.429 | 214.741 |
| 1.01.03.01 | Clientes | 152.265 | 194.577 |
| 1.01.03.02 | Outras Contas a Receber | 20.164 | 20.164 |
| 1.01.03.02.02 | Contas a receber - contratos de concessão | 20.164 | 20.164 |
| 1.01.06 | Tributos a Recuperar | 7.458 | 8.899 |
| 1.01.06.01 | Tributos Correntes a Recuperar | 7.458 | 8.899 |
| 1.01.08 | Outros Ativos Circulantes | 40.241 | 30.991 |
| 1.01.08.01 | Ativos Não-Correntes a Venda | 21.381 | 19.559 |
| 1.01.08.03 | Outros | 18.860 | 11.432 |
| 1.01.08.03.01 | Adiantamento a fornecedores | 5.670 | 4.090 |
| 1.01.08.03.02 | Outros créditos | 13.190 | 7.342 |
| 1.02 | Ativo Não Circulante | 3.897.568 | 3.929.186 |
| 1.02.01 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 176.576 | 171.718 |
| 1.02.01.01 | Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo | 35 | 35 |
| 1.02.01.01.03 | Aplicações financeiras vinculadas | 35 | 35 |
| 1.02.01.06 | Tributos Diferidos | 160.330 | 153.218 |
| 1.02.01.06.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 160.330 | 153.218 |
| 1.02.01.08 | Créditos com Partes Relacionadas | 1.949 | 2.603 |
| 1.02.01.08.04 | Créditos com Outras Partes Relacionadas | 1.949 | 2.603 |
| 1.02.01.09 | Outros Ativos Não Circulantes | 14.262 | 15.862 |
| 1.02.01.09.03 | Depósitos Judiciais | 11.918 | 13.289 |
| 1.02.01.09.04 | Impostos a Recuperar | 1.488 | 1.488 |
| 1.02.01.09.05 | Outros Créditos | 856 | 1.085 |
| 1.02.03 | Imobilizado | 135.144 | 135.397 |
| 1.02.03.01 | Imobilizado em Operação | 135.144 | 135.397 |
| 1.02.04 | Intangível | 3.585.848 | 3.622.071 |
| 1.02.04.01 | Intangíveis | 3.585.848 | 3.622.071 |

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2018 | Exercício Anterior 31/12/2017 |
|------------------------|---------------------------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------------|
| 2 | Passivo Total | 4.515.998 | 4.589.036 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 1.805.539 | 1.959.207 |
| 2.01.01 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 26.961 | 25.415 |
| 2.01.01.02 | Obrigações Trabalhistas | 26.961 | 25.415 |
| 2.01.02 | Fornecedores | 91.982 | 102.350 |
| 2.01.02.01 | Fornecedores Nacionais | 91.982 | 102.350 |
| 2.01.04 | Empréstimos e Financiamentos | 1.314.868 | 1.382.468 |
| 2.01.04.01 | Empréstimos e Financiamentos | 986.606 | 1.216.374 |
| 2.01.04.01.01 | Em Moeda Nacional | 986.606 | 1.216.374 |
| 2.01.04.02 | Debêntures | 328.262 | 166.094 |
| 2.01.04.02.01 | Debêntures | 328.262 | 166.094 |
| 2.01.05 | Outras Obrigações | 342.595 | 423.070 |
| 2.01.05.01 | Passivos com Partes Relacionadas | 45.814 | 61.238 |
| 2.01.05.01.04 | Débitos com Outras Partes Relacionadas | 45.814 | 61.238 |
| 2.01.05.02 | Outros | 296.781 | 361.832 |
| 2.01.05.02.01 | Dividendos e JCP a Pagar | 69.082 | 114.806 |
| 2.01.05.02.06 | Outros débitos | 67.894 | 64.173 |
| 2.01.05.02.07 | Notas Promissórias | 54.345 | 54.344 |
| 2.01.05.02.08 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 10.589 | 9.466 |
| 2.01.05.02.09 | Impostos, Taxas e Contribuições | 94.871 | 119.043 |
| 2.01.06 | Provisões | 29.133 | 25.904 |
| 2.01.06.02 | Outras Provisões | 29.133 | 25.904 |
| 2.01.06.02.04 | Obrigações contrato de concessão | 29.133 | 25.904 |
| 2.02 | Passivo Não Circulante | 1.355.647 | 1.299.019 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 749.752 | 684.228 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 660.184 | 418.254 |
| 2.02.01.01.01 | Em Moeda Nacional | 660.184 | 418.254 |
| 2.02.01.02 | Debêntures | 89.568 | 265.974 |
| 2.02.01.02.01 | Debêntures | 89.568 | 265.974 |
| 2.02.02 | Outras Obrigações | 149.493 | 166.820 |
| 2.02.02.02 | Outros | 149.493 | 166.820 |
| 2.02.02.02.03 | Notas Promissórias | 103.798 | 117.336 |
| 2.02.02.02.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 9.233 | 7.792 |
| 2.02.02.02.05 | Receitas Diferidas, Líquidas | 1.307 | 1.647 |
| 2.02.02.02.06 | Outros débitos | 17.807 | 24.357 |
| 2.02.02.02.07 | Instrumentos Financeiros Derivativos | 16.801 | 15.688 |
| 2.02.02.02.08 | Fornecedor | 547 | 0 |
| 2.02.03 | Tributos Diferidos | 220.028 | 225.742 |
| 2.02.03.01 | Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 220.028 | 225.742 |
| 2.02.04 | Provisões | 236.374 | 222.229 |
| 2.02.04.01 | Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis | 12.938 | 11.274 |
| 2.02.04.01.06 | Provisão para demandas judiciais e administrativas | 12.938 | 11.274 |
| 2.02.04.02 | Outras Provisões | 223.436 | 210.955 |
| 2.02.04.02.04 | Obrigações contrato de concessão | 223.388 | 210.907 |
| 2.02.04.02.05 | Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias | 48 | 48 |
| 2.03 | Patrimônio Líquido Consolidado | 1.354.812 | 1.330.810 |

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Trimestre Atual 31/03/2018 | Exercício Anterior 31/12/2017 |
|------------------------|-----------------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------------|
| 2.03.01 | Capital Social Realizado | 832.085 | 832.085 |
| 2.03.01.01 | Capital Social | 842.979 | 842.979 |
| 2.03.01.02 | (-) Ações em tesouraria | -10.894 | -10.894 |
| 2.03.02 | Reservas de Capital | 13.188 | 13.188 |
| 2.03.02.07 | Reservas de Capital | 13.188 | 13.188 |
| 2.03.03 | Reservas de Reavaliação | 69.377 | 85.014 |
| 2.03.04 | Reservas de Lucros | 316.485 | 275.053 |
| 2.03.04.01 | Reserva Legal | 32.224 | 32.224 |
| 2.03.04.05 | Reserva de Retenção de Lucros | 284.261 | 242.829 |
| 2.03.09 | Participação dos Acionistas Não Controladores | 123.677 | 125.470 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017 |
|------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| 3.01 | Receita de Venda de Bens e/ou Serviços | 318.915 | 351.872 |
| 3.02 | Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos | -199.722 | -235.662 |
| 3.02.01 | Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias | -53.263 | -51.716 |
| 3.02.02 | Custo de manutenção - IAS 37 | -12.050 | -10.778 |
| 3.02.03 | Custo de construção | -33.318 | -35.266 |
| 3.02.07 | Custo com pessoal | -28.822 | -25.088 |
| 3.02.08 | Depreciação do imobilizado (custo) | -311 | -486 |
| 3.02.10 | Amortização do intangível (custo) | -50.633 | -83.942 |
| 3.02.11 | Amortização do intangível (mais valia) | -9.536 | -17.101 |
| 3.02.12 | Remuneração do poder concedente | -11.789 | -11.285 |
| 3.03 | Resultado Bruto | 119.193 | 116.210 |
| 3.04 | Despesas/Receitas Operacionais | -27.126 | -43.477 |
| 3.04.02 | Despesas Gerais e Administrativas | -41.709 | -43.419 |
| 3.04.02.01 | Despesas Gerais e Administrativas | -21.166 | -20.270 |
| 3.04.02.02 | Remuneração dos Administradores | -5.117 | -4.595 |
| 3.04.02.03 | Despesas com Pessoal | -12.282 | -12.905 |
| 3.04.02.04 | Depreciação do imobilizado (custo) | -744 | -894 |
| 3.04.02.05 | Amortização do intangível (custo) | -1.620 | -3.343 |
| 3.04.02.06 | Amortização de Ágio sobre Investimentos | -780 | -1.412 |
| 3.04.04 | Outras Receitas Operacionais | 344 | 123 |
| 3.04.04.01 | Outras Receitas Operacionais | 344 | 123 |
| 3.04.05 | Outras Despesas Operacionais | 14.239 | -181 |
| 3.04.05.01 | Outras Despesas Operacionais | -530 | -181 |
| 3.04.05.02 | Outras despesas não recorrentes | 14.769 | 0 |
| 3.05 | Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | 92.067 | 72.733 |
| 3.06 | Resultado Financeiro | -66.334 | -195.398 |
| 3.06.01 | Receitas Financeiras | 15.845 | 2.606 |
| 3.06.01.01 | Receitas Financeiras | 15.845 | 2.606 |
| 3.06.02 | Despesas Financeiras | -82.179 | -198.004 |
| 3.06.02.01 | Despesas Financeiras | -82.179 | -198.004 |
| 3.07 | Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro | 25.733 | -122.665 |
| 3.08 | Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro | -3.553 | 21.690 |
| 3.08.01 | Corrente | -16.379 | -9.599 |
| 3.08.02 | Diferido | 12.826 | 31.289 |
| 3.09 | Resultado Líquido das Operações Continuadas | 22.180 | -100.975 |
| 3.10 | Resultado Líquido de Operações Descontinuadas | 1.822 | -5.227 |
| 3.11 | Lucro/Prejuízo Consolidado do Período | 24.002 | -106.202 |
| 3.11.01 | Atribuído a Sócios da Empresa Controladora | 25.795 | -100.964 |
| 3.11.02 | Atribuído a Sócios Não Controladores | -1.793 | -5.238 |
| 3.99 | Lucro por Ação - (Reais / Ação) | | |

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017 |
|----------------------------|---------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| 4.01 | Lucro Líquido Consolidado do Período | 25.795 | -100.964 |
| 4.02 | Outros Resultados Abrangentes | 15.637 | 11.355 |
| 4.02.01 | Reserva de reavaliação reflexa | 15.637 | 5.142 |
| 4.02.02 | Ajuste ao custo atribuído reflexo | 0 | 6.213 |
| 4.03 | Resultado Abrangente Consolidado do Período | 41.432 | -89.609 |
| 4.03.01 | Atribuído a Sócios da Empresa Controladora | 43.225 | -84.371 |
| 4.03.02 | Atribuído a Sócios Não Controladores | -1.793 | -5.238 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017 |
|------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| 6.01 | Caixa Líquido Atividades Operacionais | 90.601 | 181.986 |
| 6.01.01 | Caixa Gerado nas Operações | 132.079 | 166.875 |
| 6.01.01.01 | Lucro líquido do exercício | 25.795 | -100.964 |
| 6.01.01.02 | Provisão de devedores duvidosos | 243 | 0 |
| 6.01.01.03 | Imposto de renda e contribuição social diferidos | -12.826 | -31.289 |
| 6.01.01.04 | Depreciação do imobilizado | 1.055 | 1.380 |
| 6.01.01.05 | Amortização do intangível | 62.569 | 105.798 |
| 6.01.01.06 | Baixa de ativo imobilizado e intangível | 244 | 69 |
| 6.01.01.07 | Margem de construção | -589 | -1.752 |
| 6.01.01.08 | Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 66.915 | 138.790 |
| 6.01.01.09 | Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais | 0 | -72 |
| 6.01.01.10 | Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões | 1.664 | 1.011 |
| 6.01.01.13 | Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas | -340 | -339 |
| 6.01.01.14 | Participação de Acionistas não Controladores | -1.793 | -5.238 |
| 6.01.01.17 | Resultado de equivalência patrimonial - participações a comercializar | -1.822 | 5.227 |
| 6.01.01.19 | Ajuste a valor justo de derivativos e debêntures | -9.036 | 53.395 |
| 6.01.01.20 | Amortização custos na emissão de debêntures | 0 | 859 |
| 6.01.02 | Variações nos Ativos e Passivos | -41.478 | 15.111 |
| 6.01.02.01 | Contas a Receber de Clientes | 10.502 | 1.809 |
| 6.01.02.02 | Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais | 654 | 0 |
| 6.01.02.03 | Impostos a Recuperar | 1.441 | -1.196 |
| 6.01.02.04 | Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber | -20.526 | -20.070 |
| 6.01.02.05 | Fornecedores | -10.368 | -1.814 |
| 6.01.02.06 | Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais | -15.424 | 6.815 |
| 6.01.02.07 | Obrigações Sociais e Trabalhistas | 1.546 | 5.107 |
| 6.01.02.08 | Impostos, Taxas e Contribuições | -39.110 | -3.010 |
| 6.01.02.09 | Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes | 16.379 | 9.599 |
| 6.01.02.11 | Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar | 13.428 | 19.960 |
| 6.01.02.13 | Outras variações de passivos | 0 | -2.089 |
| 6.02 | Caixa Líquido Atividades de Investimento | 4.629 | -32.761 |
| 6.02.03 | Recebimento da venda de investimento | 31.567 | 0 |
| 6.02.04 | Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos | 0 | 3.624 |
| 6.02.05 | Aquisição de Bens do Imobilizado | -859 | -209 |
| 6.02.07 | Adições ao Ativo Intangível | -26.079 | -36.176 |
| 6.03 | Caixa Líquido Atividades de Financiamento | -116.845 | -145.498 |
| 6.03.03 | Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | -46.437 | 0 |
| 6.03.08 | Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 3.401 | 16.000 |
| 6.03.09 | Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | -55.410 | -91.909 |
| 6.03.10 | Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | -18.399 | -69.589 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017 |
|------------------------|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| 6.05 | Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes | -21.615 | 3.727 |
| 6.05.01 | Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes | 376.131 | 69.781 |
| 6.05.02 | Saldo Final de Caixa e Equivalentes | 354.516 | 73.508 |

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

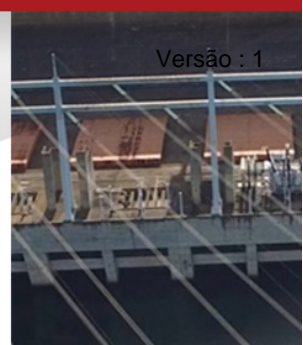
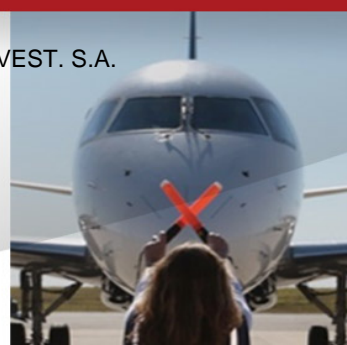
| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido | Participação dos Não Controladores | Patrimônio Líquido Consolidado |
|------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 842.979 | 2.294 | 275.053 | 0 | 85.014 | 1.205.340 | 125.470 | 1.330.810 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 842.979 | 2.294 | 275.053 | 0 | 85.014 | 1.205.340 | 125.470 | 1.330.810 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | 25.795 | 0 | 25.795 | -1.793 | 24.002 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | 25.795 | 0 | 25.795 | -1.793 | 24.002 |
| 5.06 | Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0 | 0 | 41.432 | -25.795 | -15.637 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06.01 | Constituição de Reservas | 0 | 0 | 41.432 | -41.432 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06.02 | Realização da Reserva Reavaliação | 0 | 0 | 0 | 15.637 | -15.637 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07 | Saldos Finais | 842.979 | 2.294 | 316.485 | 0 | 69.377 | 1.231.135 | 123.677 | 1.354.812 |

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Capital Social Integralizado | Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria | Reservas de Lucro | Lucros ou Prejuízos Acumulados | Outros Resultados Abrangentes | Patrimônio Líquido | Participação dos Não Controladores | Patrimônio Líquido Consolidado |
|-----------------|-----------------------------------------------|------------------------------|--------------------------------------------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| 5.01 | Saldos Iniciais | 842.979 | -301.629 | 72.440 | 0 | 361.801 | 975.591 | 135.710 | 1.111.301 |
| 5.03 | Saldos Iniciais Ajustados | 842.979 | -301.629 | 72.440 | 0 | 361.801 | 975.591 | 135.710 | 1.111.301 |
| 5.05 | Resultado Abrangente Total | 0 | 0 | 0 | -100.964 | 0 | -100.964 | -5.238 | -106.202 |
| 5.05.01 | Lucro Líquido do Período | 0 | 0 | 0 | -100.964 | 0 | -100.964 | -5.238 | -106.202 |
| 5.06 | Mutações Internas do Patrimônio Líquido | 0 | 0 | -72.440 | 83.795 | -11.355 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06.01 | Constituição de Reservas | 0 | 0 | -72.440 | 72.440 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06.02 | Realização da Reserva Reavaliação | 0 | 0 | 0 | 5.142 | -5.142 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06.04 | Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 6.213 | -6.213 | 0 | 0 | 0 |
| 5.07 | Saldos Finais | 842.979 | -301.629 | 0 | -17.169 | 350.446 | 874.627 | 130.472 | 1.005.099 |

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

| Código da Conta | Descrição da Conta | Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018 | Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017 |
|------------------------|--------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| 7.01 | Receitas | 375.928 | 395.919 |
| 7.01.01 | Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços | 310.072 | 341.365 |
| 7.01.02 | Outras Receitas | 65.856 | 54.554 |
| 7.01.02.01 | Receitas de Construção | 33.907 | 37.018 |
| 7.01.02.02 | Realização da Reserva de Reavaliação | 15.637 | 11.355 |
| 7.01.02.03 | Outras Receitas | 17.157 | 6.181 |
| 7.01.02.04 | Provisão Para Devedores Duvidosos | -845 | 0 |
| 7.02 | Insumos Adquiridos de Terceiros | -109.253 | -116.625 |
| 7.02.02 | Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros | -22.304 | -23.584 |
| 7.02.04 | Outros | -86.949 | -93.041 |
| 7.02.04.01 | Custos dos Serviços Prestados | -49.497 | -53.393 |
| 7.02.04.02 | Custos de Construção | -33.318 | -35.266 |
| 7.02.04.03 | Outros Custos Operacionais | -4.134 | -4.382 |
| 7.03 | Valor Adicionado Bruto | 266.675 | 279.294 |
| 7.04 | Retenções | -63.624 | -107.178 |
| 7.04.01 | Depreciação, Amortização e Exaustão | -63.624 | -107.178 |
| 7.05 | Valor Adicionado Líquido Produzido | 203.051 | 172.116 |
| 7.06 | Vlr Adicionado Recebido em Transferência | 15.845 | 2.567 |
| 7.06.02 | Receitas Financeiras | 15.845 | 2.567 |
| 7.07 | Valor Adicionado Total a Distribuir | 218.896 | 174.683 |
| 7.08 | Distribuição do Valor Adicionado | 218.896 | 174.683 |
| 7.08.01 | Pessoal | 40.981 | 34.723 |
| 7.08.01.01 | Remuneração Direta | 29.183 | 25.028 |
| 7.08.01.02 | Benefícios | 8.633 | 7.291 |
| 7.08.01.03 | F.G.T.S. | 1.710 | 1.572 |
| 7.08.01.04 | Outros | 1.455 | 832 |
| 7.08.02 | Impostos, Taxas e Contribuições | 38.118 | 17.013 |
| 7.08.02.01 | Federais | 21.429 | 67 |
| 7.08.02.02 | Estaduais | 150 | 299 |
| 7.08.02.03 | Municipais | 16.539 | 16.647 |
| 7.08.03 | Remuneração de Capitais de Terceiros | 101.980 | 212.567 |
| 7.08.03.01 | Juros | 85.446 | 194.443 |
| 7.08.03.02 | Aluguéis | 4.179 | 4.568 |
| 7.08.03.03 | Outras | 12.355 | 13.556 |
| 7.08.03.03.01 | Remuneração do poder concedente | 11.789 | 11.285 |
| 7.08.03.03.02 | Outras | 566 | 2.271 |
| 7.08.04 | Remuneração de Capitais Próprios | 39.639 | -94.847 |
| 7.08.04.03 | Lucros Retidos / Prejuízo do Período | 41.432 | -89.609 |
| 7.08.04.04 | Part. Não Controladores nos Lucros Retidos | -1.793 | -5.238 |
| 7.08.05 | Outros | -1.822 | 5.227 |
| 7.08.05.02 | Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas | -1.822 | 5.227 |



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31.03.2018

A Companhia divulga suas Demonstrações Financeiras de acordo com as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – *International Accounting Standard Board*.

Conforme determina o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), a Companhia classificou os investimentos realizados nas controladas destinadas à venda em dezembro/16 (Aeroportos Brasil S.A., Portonave S.A.– Terminais Portuários de Navegantes, Tijoá Participações e Investimentos S.A. e CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A.) na rubrica “Participações a comercializar”, no ativo circulante das Demonstrações Financeiras da controladora e do consolidado. Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado, separadamente dos resultados das operações em continuidade.

A Portonave S.A.– Terminais Portuários de Navegantes teve a sua alienação concluída em outubro/2017. Adicionalmente, a Companhia solicitou em julho/2017 a habilitação do empreendimento de Viracopos ao CPPI (Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos) para futura relicitação nos termos da Lei 13.448/17, realizando a baixa contábil do ativo em junho de 2017. Os procedimentos de encerramento do atual contrato de concessão serão objeto de termo aditivo a ser firmado após aceita a qualificação para relicitação deste empreendimento e o valor da indenização está sujeito a processo arbitral.

CONSOLIDADO

A receita bruta consolidada atingiu R\$345,8 milhões, variação de -9,3% em comparação ao resultado dos 3M17, impactada pela menor arrecadação de pedágio, principalmente em função da redução da tarifa praticada durante a prorrogação da Concepa (tarifa média: -49%), uma vez que não existem novos investimentos a serem realizados na rodovia. Tal efeito foi parcialmente compensado pelo maior fluxo de veículos pagantes no período, bem como pelos reajustes realizados na Concebra (+23,1% em jul/17 e -8,0% em ago/17), Transbrasiliana (+8,3% em dez/17) e Econorte (+4,8% em dez/17).

Como consequência, a receita líquida ajustada, que exclui a receita de construção, atingiu R\$285,0 milhões, variação de -9,5% quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

| Receita Operacional (R\$ mil) | 3M18 | 3M17 | Δ |
|---------------------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| Arrecadação de Pedágio | 310.072 | 341.366 | -9,2% |
| Construção de Ativos das Concessões | 33.907 | 37.018 | -8,4% |
| Outras Receitas | 1.867 | 2.819 | -33,8% |
| Receita Operacional Bruta (ROB) | 345.846 | 381.203 | -9,3% |
| Deduções da Receita Bruta | (26.931) | (29.331) | -8,2% |
| Receita Operacional Líquida (ROL) | 318.915 | 351.872 | -9,4% |
| Construção de Ativos das Concessões | 33.907 | 37.018 | -8,4% |
| Receita Operacional Líquida Ajustada | 285.008 | 314.854 | -9,5% |

Custos e Despesas Operacionais:

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, atingiram R\$93,9 milhões nos 3M18 (+6,6%). As despesas operacionais consolidadas (excluindo depreciação e amortização e despesas não recorrentes) registraram R\$38,7 milhões, 2,5% acima do observado no mesmo período do ano anterior.



Triunfo
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

A variação dos custos e despesas deve-se, principalmente, ao aumento de despesas com operação e manutenção na Concer, com reajustes contratuais e recuperação de pavimento. O maior custo com pessoal decorre da internalização, pela Concebra, dos serviços antes prestados pela Vessel-Log Serviços de Engenharia S.A. e realizados na linha de Operação e Manutenção. É importante mencionar também o montante de R\$14,8 milhões na rubrica de Despesas Não Recorrentes, resultado da reversão de parte do auto de infração da Concepa registrado em 2017.

| Custos Operacionais (R\$ mil) | 3M18 | 3M17 | Δ |
|------------------------------------|------------------|------------------|---------------|
| Operação e Manutenção das Rodovias | (53.263) | (51.716) | 3,0% |
| Custo com Pessoal | (28.822) | (25.088) | 14,9% |
| Obrigações da Concessão | (11.789) | (11.285) | 4,5% |
| Custo Operacional | (93.874) | (88.089) | 6,6% |
| Depreciação e Amortização | (60.480) | (101.529) | -40,4% |
| Custo de Construção | (33.318) | (35.266) | -5,5% |
| Provisão para Manutenção - IAS 37 | (12.050) | (10.778) | 11,8% |
| Custo Operacional Total | (199.722) | (235.662) | -15,3% |

| Despesas Operacionais (R\$ mil) | 3M18 | 3M17 | Δ |
|--------------------------------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Despesas Gerais e Administrativas | (21.166) | (20.270) | 4,4% |
| Remuneração dos Administradores | (5.117) | (4.595) | 11,4% |
| Despesas com Pessoal | (12.282) | (12.905) | -4,8% |
| Outras Receitas (Despesas) Administrativas | (186) | (39) | n/c |
| Despesa Operacional | (38.751) | (37.809) | 2,5% |
| Depreciação e Amortização | (3.144) | (5.649) | -44,3% |
| Despesas Não Recorrentes | 14.769 | (19) | n/c |
| Despesa Operacional Total | (27.126) | (43.477) | -37,6% |

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS

O lucro líquido consolidado foi de R\$25,8 milhões nos três primeiros meses de 2018, impulsionado pelo lucro operacional e pela melhora do resultado financeiro no período, passando de uma despesa de R\$195,4 milhões nos 3M17 para uma de R\$66,3 milhões no mesmo período de 2018, resultado do plano de recuperação extrajudicial da Companhia, bem como da redução apresentada no endividamento líquido, decorrente da liquidação das debêntures emitidas pela controlada Vênus Participações e Investimentos S.A. (R\$762,1 milhões), além da maior posição de caixa, principalmente por conta da alienação da Portonave (R\$ 1,3 bilhão).

Por fim, com contribuição da parcela realizada de reserva de reavaliação de ativos, o lucro líquido base dividendos atingiu R\$40,1 milhões nos 3M18.



| Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil) | 3M18 | 3M17 | Δ |
|--------------------------------------------------------|-----------------|------------------|---------------|
| Lucro Operacional | 92.067 | 72.733 | 26,6% |
| Resultado Financeiro | (66.334) | (195.398) | -66,1% |
| Receitas Financeiras | 15.845 | 2.606 | n/c |
| Despesas Financeiras | (82.179) | (198.004) | -58,5% |
| Resultado Antes dos Impostos | 25.733 | (122.665) | n/c |
| Impostos Sobre Lucro | (3.553) | 21.690 | n/c |
| Impostos Correntes | (16.379) | (9.599) | 70,6% |
| Impostos Diferidos | 12.826 | 31.289 | -59,0% |
| Lucro (prejuízo) de operações em continuidade | 22.180 | (100.975) | n/c |
| Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas | 1.822 | (5.227) | n/c |
| Lucro (prejuízo) Líquido Consolidado do Período | 24.002 | (106.202) | n/c |
| Atribuível a: | | | |
| Acionistas Não Controladores | (1.793) | (5.238) | -65,8% |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Período | 25.795 | (100.964) | n/c |

| Base de Dividendos (R\$ mil) | 3M18 | 3M17 | Δ |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------|------------------|------------|
| Lucro (Prejuízo) Líquido | 25.795 | (100.964) | n/c |
| Parcela realizada da reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial | 15.637 | 11.355 | 37,7% |
| Constituição da reserva legal (5%) | (1.290) | - | n/c |
| Lucro base de dividendos | 40.142 | (89.609) | n/c |

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla “TPIS3”.

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.3.

Resumo dos eventos relevantes ocorridos no primeiro trimestre de 2018:

i) Ressarcimento Seguradoras – Outorga Fixa de Viracopos

Em 2 de janeiro de 2018 a controlada em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. pagou o valor de R\$ 120,2 milhões para as seguradoras Swiss Re Corporate Solutions Brasil S.A e Austral Seguradora S.A.

Essa foi a última parcela do acordo para ressarcimento às seguradoras do valor pago por elas à ANAC em agosto de 2017, referente à outorga fixa de 2016.

ii) Planos de Recuperação Extrajudicial

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras e de sua subsidiária Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio (“Concer”), conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

Na referida sentença, foram indeferidas as impugnações complementares apresentadas por alguns credores, tendo sido reconhecido, ainda, que o pagamento dos dividendos referentes ao exercício social de 2015 não contrariaria os Planos de Recuperação Extrajudicial.

As homologações consistem no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos tornam-se vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos Planos.

O Leilão Reverso consistente na opção B de pagamento dos Créditos Abrangidos, prevista na cláusula V.3 do Plano de RE, foi realizado no dia 20 de março de 2018.

Foram contemplados R\$250,4 milhões dos Créditos Abrangidos no Leilão Reverso, representando um deságio médio de 55,3% em relação aos R\$112 milhões disponibilizados pela Companhia.

O pagamento do montante de R\$112 milhões aos credores contemplados será providenciado tão logo cessem os efeitos da decisão proferida em 19 de março

Notas Explicativas

de 2018, que atualmente impede o pagamento de tais credores, conforme Comunicado ao Mercado de 20 de março de 2018.

iii) Assinatura de Termo Aditivo - Econorte

Em 15 de fevereiro de 2018 foi publicado no Diário Oficial do Paraná o 6º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 071/97. O Termo Aditivo trata a readequação do cronograma de investimentos da Econorte, anteriormente concentrados no último ano da concessão (2021), para os anos de 2018 a 2021.

Tal readequação considera a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato e seus aditamentos, sem alteração das regras contratuais e dos valores das tarifas de pedágio praticadas atualmente. O Termo Aditivo foi homologado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR.

iv) Processo de Caducidade – Viracopos

Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. (“ABV” ou “concessionária”) recebeu notificação encaminhada pela Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) comunicando a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar caducidade da concessão do Aeroporto de Viracopos.

A Concessionária apresentou sua manifestação em 20 de abril de 2018, por meio da qual apresentou as razões de descabimento do processo de caducidade.

Em 09 de maio de 2018, foi proferida decisão judicial que determinou a suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como de todas as ações e execuções movidas contra a concessionária (vide nota explicativa nº 31 ii).

A despeito deste processo, a ABV reforça que não há qualquer prejuízo à operação, nem à qualidade dos serviços prestados, que permitem que o aeroporto seja classificado como um dos melhores do país reiteradamente.

Importante ressaltar que a concessionária continua em tratativas para enquadramento no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) do Governo Federal.

v) Mandado de Busca e Apreensão

No dia 22 de fevereiro de 2018, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de suas subsidiárias Econorte e Rio Tibagi. A ordem judicial foi emanada da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR. Foi, ainda, decretada a prisão temporária de um executivo da Econorte e do Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, a qual foi revogada em 02 de março de 2018, conforme informado nos Fatos Relevantes dos dias 22 de fevereiro e 05 de março de 2018.

Em 27 de fevereiro de 2018 a Companhia recebeu pedido de afastamento temporário do Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com

Notas Explicativas

Investidores. Os membros do Conselho de Administração da Triunfo designaram na mesma data o Sr. Carlo Alberto Bottarelli para assumir as funções da referida Diretoria.

A Companhia forneceu todas as informações solicitadas e continuará a cooperar com as autoridades competentes a fim de esclarecer integralmente os fatos.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas, até a data de divulgação destas informações trimestrais, não têm conhecimento de qualquer denúncia crime em que figurem como ré em razão do evento citado.

vi) Pagamento de Dividendos

Em 23 de fevereiro de 2018 a Companhia realizou o pagamento de dividendos no valor de R\$0,230430 por ação, correspondente ao montante de R\$40 milhões apurado com base no lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, que havia sido aprovado em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) realizada em 29 de abril de 2016.

O valor dos dividendos foi atualizado, desde 1º de janeiro de 2017 até a data de pagamento, pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais 4% (quatro por cento) ao ano, a título de remuneração pela postergação do seu pagamento. O valor pago com as devidas correções totalizou em R\$46,4 milhões.

vii) Comitê Independente

No dia 01 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia criou um Comitê Independente para coordenar as providências para a instauração de uma investigação dos eventos reportados quanto ao mandado de busca e apreensão citado anteriormente (item v).

No dia 06 de abril de 2018, o Comitê contratou o escritório Maeda, Ayres e Sarubbi Advogados para iniciar os trabalhos de investigação (vide nota explicativa nº 31).

O Comitê é composto por dois Conselheiros Independentes da Companhia e por um terceiro membro independente, o Sr. Durval José Soledade Santos, advogado com ampla experiência no mercado de capitais, tendo atuado na CVM, BNDES e comitês de diversas companhias de capital aberto.

Notas Explicativas

Ações da Companhia para continuidade operacional:

Em decorrência da descontinuidade de determinados segmentos da Companhia, deterioração das condições macroeconômicas, cenário político instável e execuções de credores, a Triunfo implementou ações para a melhoria de sua estrutura financeira, sendo compostas por três frentes:

- **Alienação de ativos:**
No início de 2017 a Companhia anunciou ao mercado a possibilidade de alienação dos ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE (vide nota explicativa nº 12). O ativo Aeroportos Brasil, anteriormente destinado à venda, foi baixado para perda, conforme nota explicativa nº 3 iv). O ativo Portonave foi alienado em 26 de outubro de 2017.
- **Descontinuidade de ativos:**
No terceiro trimestre de 2017, a Companhia encerrou as atividades e extinguiu as empresas Maestra, NTL e Vessel.
- **Plano de recuperação extrajudicial:**
O plano desenvolvido é um instrumento previsto na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência), que permite a uma sociedade renegociar com seus credores as condições de pagamento de suas dívidas de natureza privada, com exceção de créditos trabalhistas (vide item ii e nota explicativa nº 17).

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que as ações implementadas para alienação de ativos, junto ao plano de recuperação extrajudicial, são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações trimestrais em 09 de maio de 2018.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e o resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, equivalente ao IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Bases de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

Controladas

| Companhias | 31/03/18 | | 31/12/17 | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|----------|------------------|----------|
| | Participação (%) | | Participação (%) | |
| | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
| Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer") | 64,98 | - | 64,98 | - |
| Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito") | 62,50 | - | 62,50 | - |
| Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Dable Participações Ltda ("Dable") (i) | 100,0 | - | 100,0 | - |
| BR Vias Holding TBR S.A. ("Holding TBR") (i) (ii) | - | 100,0 | - | 100,0 |
| Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (ii) | - | 100,0 | - | 100,0 |
| Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária ("CT Vias") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| TPI-Log S.A. ("TPI-Log") (iii) | 100,0 | - | 100,0 | - |
| TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii) | - | 100,0 | - | 100,0 |
| Trevally Participações e Investimentos S.A ("Trevally") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Rio Claro Operação e Manutenção Ltda ("Rio Claro") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Tucano Energia S.A. ("Tucano") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Retirinho Energia S.A. ("Retirinho") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Guariroba Energia S.A. ("Guariroba") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Estrela Energia S.A. ("Estrela") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Taboca Energia S.A. ("Taboca") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT") | 64,00 | - | 64,00 | - |
| Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Vênus Participações e Investimentos S.A. ("Vênus") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva") | 100,0 | - | 100,0 | - |
| Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip") | 100,0 | - | 100,0 | - |

- (i) A Dable detém 100,0% de participação na BRVias Holding TBR.
(ii) A BRVias Holding TBR detém 100,0% de participação na controlada Transbrasiliana.
(iii) A TPI-Log detém 100% de participação na TPB.

Controladas em conjunto

| Companhias | 31/03/18 | | 31/12/17 | |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------------|----------|------------------|----------|
| | Participação (%) | | Participação (%) | |
| | Direta | Indireta | Direta | Indireta |
| Aeroportos Brasil S.A. ("ABSA") (i) | 48,12 | - | 48,12 | - |
| Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos") (i) | - | 24,54 | - | 24,54 |
| Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESA") (i) | - | 24,54 | - | 24,54 |
| Tijoa Participações e Investimentos S.A. ("Tijoa") (ii) | - | 50,10 | - | 50,10 |
| Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (ii) | - | 50,10 | - | 50,10 |
| Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (iii) | 52,50 | - | 52,50 | - |

- (i) A ABSA detém 51% de participação em Viracopos e Viracopos detém 100,0% de participação na VESA.
(ii) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijoa e no CSE.
(iii) A concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira.

Notas Explicativas

2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.5. Principais políticas contábeis

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, não há impactos relevantes para a Companhia e investidas.

2.6. Reclassificação de valores correspondentes

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade, essas informações trimestrais contêm a reclassificação dos montantes de R\$91.574 de debêntures e R\$117.336 de notas promissórias para o passivo não circulante, originalmente classificados no passivo circulante das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, o saldo de ações em tesouraria (R\$10.894), que originalmente compunha o saldo de reserva de capital (R\$2.294) no patrimônio líquido das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017, passa a ser apresentado separadamente na rubrica de ações em tesouraria.

3. Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade, segregados por segmento do negócio:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos.

Em abril de 2014 foi firmado o 12º termo aditivo ao contrato de concessão, cujo objeto é a execução de obras para a Nova Subida da Serra, em contrapartida ao pagamento dos serviços pelo Poder Concedente ou pela extensão de prazo do contrato de concessão, a fim de estabelecer equilíbrio econômico financeiro decorrente dos investimentos com as obras.

Devido à inadimplência do Poder Concedente referente a parte das obras já executadas, além dos procedimentos instaurados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a concessionária possui a expectativa de que o prazo de concessão seja prorrogado. No entanto, em junho de 2017 foi publicada a Resolução ANTT nº 5.353, que busca anular de forma unilateral a cláusula do 12º aditivo que permite a extensão do prazo de concessão.

Notas Explicativas

A Concer obteve uma medida liminar concedida pela Justiça Federal do Distrito Federal, que preserva o direito de extensão de prazo previsto em contrato, e aguarda a competente recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. O valor total de obras executadas referente ao 12º aditivo, líquido de pagamentos efetuados pelo Poder Concedente, é de R\$ 522.416, classificados no ativo intangível.

Concepa

A Concepa explora 121 km da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Porto Alegre, conhecido como Free Way, e o entroncamento da BR-116/RS, de Porto Alegre à Guaíba. O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão era de 20 anos, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Concepa e o Poder Concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Em 04 de julho de 2017, foi firmado entre a Concepa e a ANTT o 14º Termo Aditivo ao contrato de concessão, que prorroga por mais um ano os serviços de manutenção e operação da rodovia. Durante este período a tarifa de pedágio foi readequada e não está prevista a realização de obras de expansão e investimentos.

Econorte

A Econorte explora 341 km das Rodovias do Estado do Paraná (BR-369 e PR-323). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos.

Concebra

A Concebra explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão está previsto para 30 anos.

Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo da concessão está previsto para 25 anos.

ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias

A controlada Rio Guaíba presta serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias à controlada Concepa. A controlada Rio Tibagi presta serviços de agenciamento para utilização da faixa de domínio e manutenção de trechos da rodovia administrada pela controlada Econorte. Esses serviços são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

Notas Explicativas

iii) *Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica*

Tijoá

A Tijoá tem por objeto específico a geração de energia elétrica por meio da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% na Tijoá desde agosto de 2014. A controlada em conjunto encontra-se disponível para venda, vide nota explicativa nº 12.

iv) *Administração de aeroportos*

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. (“Viracopos”), assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 24,54%, uma vez que:

- a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;
- b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 48,12%, UTC Participações S.A. com 48,12%, e Egis Airport Operation com 3,76%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Viracopos deve pagar à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010. O valor total atualizado da outorga a pagar em 31 de março de 2018 é de R\$2.917.197, líquido de compensações e pagamentos já efetuados. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Os acionistas de Viracopos autorizaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de procedimento de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Em 29 de julho de 2017, a Concessionária solicitou ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para relicitação.

Notas Explicativas

O interesse pela relicitação da Concessão de Viracopos advém do cenário de dificuldade financeira enfrentado pela Concessionária, derivada da alteração no contexto macroeconômico do país e da expectativa de demanda estimada pelo próprio poder concedente para os serviços concessionados. Soma-se a isto a redução de tarifas sem a devida compensação econômica financeira pelo Poder Concedente à Concessionária concomitantemente ao ato, conforme previsto nos termos da Lei nº 8.987/95.

A Companhia refletiu em suas informações contábeis de 30 de junho de 2017 o efeito do reconhecimento de perda sobre este ativo, por meio da baixa do investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil S.A., atendendo à norma de Evento Subsequente (CPC 24, item 8). A perda registrada em 30 de junho foi de R\$304.483 e representava o valor de R\$404.289 em 31 de dezembro de 2017, devido aos aportes realizados à investida no segundo semestre de 2017. No primeiro trimestre de 2018 não foram registrados mais perdas com o investimento.

A Administração da Triunfo pautou o registro de perda do investimento em Viracopos pelos os seguintes fatos: (i) os procedimentos de encerramento do atual contrato de concessão serão objeto de termo aditivo a ser firmado após aceita a qualificação para relicitação deste empreendimento; (ii) o valor da indenização está sujeito a processo arbitral; (iii) o pagamento da indenização aos atuais acionistas somente ocorrerá no momento da transferência do contrato de concessão para o futuro concessionário, ou abertura do processo de caducidade, e priorizará o pagamento dos financiadores, das multas e das outorgas.

Em 19 de fevereiro de 2018 a Aeroportos Brasil Viracopos S.A. recebeu notificação da ANAC comunicando a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar caducidade da concessão do Aeroporto de Viracopos (vide nota explicativa nº 1 iv) .

No dia 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 e do parágrafo único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76.

Em 09 de maio de 2018, o juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas deferiu pedido cautelar para a suspensão do processo administrativo para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como de todas as ações e execuções movidas contra as investidas (vide nota explicativa nº 31 ii).

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|----------|-------------|----------|
| | 31/03/18 | 31/12/17 | 31/03/18 | 31/12/17 |
| Disponibilidades | 5 | 4 | 32.412 | 363.583 |
| Aplicações financeiras | 299.994 | 3.778 | 322.104 | 12.548 |
| | 299.999 | 3.782 | 354.516 | 376.131 |

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Caixa restrito

| | Consolidado | |
|-------------------------|-------------|----------|
| | 31/03/18 | 31/12/17 |
| Caixa restrito - Concer | 1.998 | 3.983 |
| | 1.998 | 3.983 |

Os recursos financeiros dados em garantia de operações de empréstimos, não disponíveis para movimentação, são registrados como caixa restrito.

Em 21 de julho de 2017, a Concer assinou Acordo de Condição Resolutiva junto aos Debenturistas e titulares de Notas Promissórias para definir os termos de quitação dos títulos vencidos. O Acordo prevê a liquidação destes títulos mediante o pagamento de 44 parcelas mensais e sucessivas, de 26 de julho de 2017 a 26 de fevereiro de 2021, mediante o bloqueio de recursos necessários para o pagamento de principal e juros.

São bloqueados apenas os valores necessários para pagamento de principal e juros da dívida dos respectivos meses, permanecendo retidos estes valores até o dia útil anterior a cada data de pagamento, e liberados os valores excedentes.

6. Aplicações financeiras vinculadas

| | Consolidado | |
|---------------------------|-------------|----------|
| | 31/03/18 | 31/12/17 |
| Transbrasiliana | 8.343 | 8.389 |
| Econorte | 33.480 | 16.751 |
| | 41.823 | 25.140 |
| Parcela do circulante | 41.788 | 25.105 |
| Parcela do não circulante | 35 | 35 |

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos CDIs, mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES (nota explicativa nº 17).

Notas Explicativas

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures (nota explicativa nº 18). A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

7. Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------------------|---------------|----------|-----------------|----------|
| | 31/03/18 | 31/12/17 | 31/03/18 | 31/12/17 |
| Pedágio (cartão e vale-pedágio) | - | - | 54.946 | 55.510 |
| Uso da faixa de domínio | - | - | 17.752 | 28.675 |
| Outras contas a receber (i) | 92.371 | 123.173 | 106.041 | 136.623 |
| | 92.371 | 123.173 | 178.739 | 220.808 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii) | - | - | (26.474) | (26.231) |
| Total (ativo circulante) | 92.371 | 123.173 | 152.265 | 194.577 |

- (i) O saldo a receber da Controladora em 31 de dezembro de 2017 refere-se substancialmente a ajuste de preço e earnouts da alienação da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (R\$121.565), concluída em 26 de outubro de 2017. Em fevereiro de 2018 foram recebidos R\$31,6 milhões e em 23 de abril de 2018 o saldo de R\$ 90 milhões foi liquidado.
- (ii) A provisão para crédito de liquidação duvidosa refere-se a saldos de contas a receber das controladas Concer e Transbrasiliiana relativos a uso de faixa de domínio (R\$13.356), e à venda de licença ambiental obtida pela Concepa ao Poder Concedente no montante de (R\$13.118), que encontram-se vencidos há mais de 90 dias.

A seguir, o saldo das contas a receber consolidado por vencimento:

| | 31/03/18 | 31/12/17 |
|-----------------------------|----------------|----------|
| A vencer | 152.265 | 194.577 |
| Vencidos há mais de 90 dias | 26.474 | 26.231 |
| | 178.739 | 220.808 |

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

| | 31/03/18 | 31/12/17 |
|------------------------------|-----------------|----------|
| Saldo no início do exercício | (26.231) | (8.708) |
| Adições | (243) | (17.523) |
| Baixas | - | - |
| Saldo no final do exercício | (26.474) | (26.231) |

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A provisão constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Notas Explicativas

8. Contas a receber – contratos de concessão

| | Consolidado | |
|----------------------------------------|---------------|----------|
| | 31/03/18 | 31/12/17 |
| Contas a receber de aditivos - Concepa | 20.164 | 20.164 |
| | 20.164 | 20.164 |

A controlada Concepa recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

De acordo com a nota técnica nº 099/2017 emitida pela ANTT após a revisão da Agência, o saldo recomposto a ser liquidado referente ao 13º aditivo é de R\$20.164. Caso não ocorra a liquidação financeira, o contrato aditivo prevê que o saldo restante a receber poderá ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

9. Tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------------------------------------|--------------|----------|--------------|----------|
| | 31/03/18 | 31/12/17 | 31/03/18 | 31/12/17 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ | - | - | 927 | 1.047 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL | - | - | 208 | 205 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF | 1.903 | 2.905 | 2.753 | 3.551 |
| Programa de Integração Social – PIS | 3 | - | 85 | 80 |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins | 19 | 1 | 417 | 391 |
| Instituto Nacional do Seguro Social – INSS | - | - | 2.198 | 2.746 |
| Outros | 6 | 7 | 2.358 | 2.367 |
| | 1.931 | 2.913 | 8.946 | 10.387 |
| Parcela do circulante | 1.931 | 2.913 | 7.458 | 8.899 |
| Parcela do não circulante | - | - | 1.488 | 1.488 |

10. Impostos de renda e contribuição social

A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

Notas Explicativasa) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

| | Consolidado | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------|
| | 31/03/18 | 31/12/17 |
| <u>Prejuízo fiscal e base negativa (i)</u> | 56.392 | 54.068 |
| <u>Diferenças temporárias:</u> | | |
| Provisão para manutenção | 62.730 | 59.514 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 9.887 | 9.146 |
| Provisão para contingências | 3.672 | 5.976 |
| Amortização de ágio | 126 | 125 |
| Outras provisões temporárias | 3.430 | - |
| | 79.845 | 74.761 |
| IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii) | 24.093 | 24.389 |
| | 160.330 | 153.218 |

- (i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$16.494), Concebra (R\$28.715) e Transbrasiliana (R\$11.183).
- (ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

| Consolidado | |
|---------------------------|---------------|
| Exercício a findar-se em: | |
| 2018 | 14.836 |
| 2019 | 30.654 |
| 2020 | 10.902 |
| | <u>56.392</u> |

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|--------------------|-----------------|
| | 31/03/18 | 31/12/17 |
| Reserva de reavaliação | 49.784 | 53.640 |
| Receita de construção – Aditivos | 114.737 | 114.537 |
| Custos financeiros capitalizados | 14.026 | 14.068 |
| Estorno de amortizações – ICPC 01 | 41.481 | 43.497 |
| | 220.028 | 225.742 |

Notas Explicativas

c) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

| | <u>31/03/18</u> | <u>31/12/17</u> |
|---------|-----------------|-----------------|
| Triunfo | <u>52.222</u> | 49.516 |
| | <u>52.222</u> | <u>49.516</u> |

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

Em 2017, a Companhia cedeu créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para suas controladas, com a finalidade de utilização nos programas de parcelamento da Receita Federal, o Programa de Regularização Tributária (PRT), estabelecido pela MP 766/17 e o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), criado pela MP 783/17, que foi convertida na Lei 13.496/2017. Foi utilizado o montante de R\$570.645 do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (créditos de R\$194.019) nos programas de parcelamento citados acima.

d) Imposto de renda e contribuição social - resultado

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

| | <u>31/03/18</u> | | | | <u>Consolidado</u> |
|------------------------------------------------------|---------------------|-----------------------------------|-------------------------------|--------------------|--------------------|
| | <u>Controladora</u> | <u>Controladas Lucro Real</u> | <u>Demais controladas</u> | <u>Eliminações</u> | |
| Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos | 23.973 | 23.397 | 9.496 | (31.133) | 25.733 |
| À alíquota fiscal vigente (34%) | (8.151) | (7.955) | - | - | - |
| Ajustes para cálculo da taxa efetiva: | | | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 9.857 | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | 10 | - | - | - |
| Adições (exclusões) permanentes, líquidas | (442) | 5.181 | - | - | - |
| Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros) | - | (10) | - | - | - |
| Parcela isenta do IRPJ | - | 20 | - | - | - |
| Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos | (1.264) | (425) | - | - | - |
| IRPJ e CSLL correntes | - | (16.303) | (76) | - | (16.379) |
| IRPJ e CSLL diferidos | - | 13.124 | - | (298) | 12.826 |
| Total de IRPJ e CSLL | - | (3.179) | (76) | (298) | (3.553) |
| Alíquota efetiva (i) | | 14% | 1% | | |

- (i) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida devido a uma exclusão de R\$5 milhões realizada pela controlada Concepa, decorrente da decisão da Receita Federal que reduz o valor de um auto de infração cuja despesa havia sido adicionada na base de cálculo dos impostos em 2017. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 36%.

Notas Explicativas

| | 31/03/17 | | | | Consolidado |
|------------------------------------------------------|--------------|---------------------------|-----------------------------------|-------------|-------------|
| | Controladora | Controladas Lucro Real | Controladas Lucro Presumido | Eliminações | |
| Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos | (95.737) | (83.737) | 23.016 | 33.793 | (122.665) |
| À alíquota fiscal vigente (34%) | 32.551 | 28.471 | - | - | - |
| Ajustes para cálculo da taxa efetiva: | | | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (19.213) | - | - | - | - |
| Juros sobre o capital próprio | - | 5.962 | - | - | - |
| Adições (exclusões) permanentes, líquidas | (723) | 508 | - | - | - |
| Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros) | - | (5) | - | - | - |
| Parcela isenta do IRPJ | - | 6 | - | - | - |
| Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos | (12.615) | (2.594) | - | - | - |
| IRPJ e CSLL correntes | - | (5.200) | (4.399) | - | (9.599) |
| IRPJ e CSLL diferidos | - | 31.586 | - | (297) | 31.289 |
| Total de IRPJ e CSLL | - | 26.386 | (4.399) | (297) | 21.690 |
| Alíquota efetiva | | 32% | 19% | | |

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

11. Transações com partes relacionadas

A controlada Rio Guaíba presta serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infraestrutura) para a controlada Concepa. A controlada Rio Tibagi presta serviços de agenciamento para utilização da faixa de domínio e manutenção de trechos da rodovia administrada pela controlada Econorte. A controlada CT Vias presta serviços de monitoramento e avaliação de pavimentos para as concessionárias de rodovias do grupo. Esses serviços foram contratados quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das controladas Rio Guaíba, Rio Tibagi e CT Vias, nos montantes de R\$20.062, R\$326 e R\$845, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre companhias consolidadas nas informações trimestrais.

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia. Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Notas Explicativas

| | Controladora | | | | | |
|--------------------------------|----------------|---------------|--------------|----------------|---------------|------------------------|
| | 31/03/2018 | | | 31/12/2017 | | |
| | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado (31/03/2017) |
| Dividendos a receber: | | | | | | |
| Concer | 1 | - | - | 1 | - | - |
| Econorte | 949 | - | - | 949 | - | - |
| Mútuos financeiros: | | | | | | |
| Rio Tibagi (i) | - | - | - | - | - | (706) |
| Concepa (vi) | - | - | - | - | - | (4.493) |
| Rio Guaiba (vii) | - | - | - | - | - | (34) |
| Outros: | | | | | | |
| Vênus | - | 14.282 | - | - | 14.282 | - |
| Outros | - | - | - | - | 3 | (16) |
| Total do circulante | 950 | 14.282 | - | 950 | 14.285 | (5.249) |
| Mútuos financeiros: | | | | | | |
| Maestra (ii) | - | - | - | - | - | 4.157 |
| BR Vias Holding (iii) | - | - | - | - | - | 379 |
| Transbrasiliana (iv) | - | - | - | - | - | 2.071 |
| Concepa (v) | 125 | - | 129 | - | - | - |
| Rio Claro (ix) | 1.009 | - | 3.563 | 340.152 | - | 570 |
| Vênus (x) | - | - | - | - | - | (33.876) |
| Concer (xi) | 5.439 | - | 173 | 5.246 | - | - |
| Outros: | | | | | | |
| Econorte | 3.128 | - | 1.898 | 1.218 | - | 1.883 |
| Rio Tibagi | 1.866 | - | - | 1.866 | - | 706 |
| Rio Guaiba | 672 | - | 204 | 467 | - | 34 |
| Concepa (xii) | 173.672 | - | 825 | 195.889 | - | 4.785 |
| Concer (xii) | 33.280 | - | 1.790 | 31.461 | - | 2.273 |
| Concebra (xii) | 33.003 | - | 1.013 | 31.979 | - | - |
| Transbrasiliana (xii) | 23.446 | - | 305 | 23.121 | - | - |
| Juno (viii) | 15.035 | - | - | 15.022 | - | - |
| Vênus | 8.659 | - | - | 8.659 | - | - |
| Outros | 688 | - | - | 693 | - | 563 |
| Total do não circulante | 300.022 | - | 9.900 | 655.773 | - | (16.455) |
| Total | 300.972 | 14.282 | 9.900 | 656.723 | 14.285 | (21.704) |

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Rio Tibagi.
- (ii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo.
- (iii) Mútuo referente a captações da BRVias Holding com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (iv) Mútuo referente a captações da Transbrasiliana com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (v) Mútuo referente a captações da Concepa com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Concepa, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Guaiba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Contas a receber da Juno referente à venda das cotas do FIP Constantinopla para a controlada.
- (ix) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (x) Refere-se à debênture emitida pela controlada Vênus, que foi repassada à Triunfo com as mesmas taxas e condições estabelecidas na escritura original.
- (xi) Mútuo referente a captações da Concer com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 7% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xii) Contas a receber das controladas que incluem, além de reembolsos de despesas, créditos de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Triunfo, cedidos às controladas para fins de abatimento de débitos tributários nos programas de parcelamentos (PRT e PERT). Vide nota explicativa nº 10 c).

Notas Explicativas

| | Consolidado | | | | | |
|----------------------------------------------|---------------|---------------|-----------|---------------|---------------|------------------------|
| | 31/03/2018 | | | 31/12/2017 | | |
| | Ativo | Passivo | Resultado | Ativo | Passivo | Resultado (31/03/2017) |
| Prestação de serviço: | | | | | | |
| CTSA (Concebra) (i) | - | 1.264 | - | - | 10.919 | - |
| Consórcio NSS (Concer) (i) | - | 29.460 | - | - | 30.124 | - |
| CTSA (Transbrasiliana) (i) | - | 792 | - | - | 1.852 | - |
| Outros: | | | | | | |
| THP - Prejuízo fiscal (iii) | - | 10.227 | - | - | 15.327 | - |
| Outros | - | 4.071 | - | - | 3.016 | (16) |
| Total do circulante | - | 45.814 | - | - | 61.238 | (16) |
| Prestação de serviço: | | | | | | |
| Consórcio NSS (Concer) (i) | 145 | - | - | 145 | - | - |
| Outros: | | | | | | |
| Outros | 1.804 | - | - | 2.458 | - | 409 |
| Total do não circulante | 1.949 | - | - | 2.603 | - | 409 |
| Ativo Intangível de concessão e Imobilizado: | | | | | | |
| CTSA (Concebra) (ii) | 63.485 | - | - | 74.824 | - | - |
| Total de imobilizado/intangível | 63.485 | - | - | 74.824 | - | - |
| Total | 65.434 | 45.814 | - | 77.427 | 61.238 | 393 |

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através de consórcios construtores nos quais esta participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias. Os preços e as quantidades das obras realizadas nas rodovias estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (iii) Créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social cedidos pela THP – Triunfo Holding de Participações S.A. para a controlada Concebra para abatimentos de débitos no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

12. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Ativo mantido para venda

Com o objetivo de melhorar sua estrutura de capital, a Companhia implementou ações para a alienação de ativos, objetivando gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento. Dentre os investimentos que detém participação, a Companhia destacou os ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, os quais foram destinados à venda.

Desta forma, desde 31 de dezembro de 2016 a Companhia vem classificando seus investimentos nas controladas em conjunto citadas acima na rubrica "Participações a comercializar" no ativo circulante das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado. Conforme o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), os ativos estão registrados pelo valor contábil dos investimentos, que representam valor inferior ao seu valor justo.

A alienação da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes foi concluída em 26 de outubro de 2017, pelo valor total de R\$1.421.565, incluindo ajustes de preços contratuais após a data de alienação.

O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil foi baixado para perda em 30 de junho de 2017, conforme nota explicativa nº 3 iv.

Notas Explicativas**a) Composição dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas**

| | Controladora e consolidado | | | | | |
|-------------------------------|-----------------------------------|----------------|--------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|
| | Patrimônio líquido | Participação % | Equivalência patrimonial | Ágio gerado na aquisição | Saldos em 31/03/18 | Saldos em 31/12/17 |
| Tijóá | 23.592 | 50,10% | 11.820 | 6.452 | 18.272 | 16.824 |
| CSE | 5.208 | 50,10% | 3.109 | - | 3.109 | 2.735 |
| Participações a comercializar | 28.800 | | 14.929 | 6.452 | 21.381 | 19.559 |

Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de "Resultado de operações descontinuadas" na demonstração de resultado do exercício da controlada e do consolidado, separadamente dos resultados das operações em continuidade.

| | Resultado de operações descontinuadas (controladora e consolidado) | |
|-------------------|---------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| | 31/03/2018 | 31/03/2017 |
| Aeroportos Brasil | - | (18.371) |
| Portonave | - | 11.772 |
| Tijóá | 1.447 | 1.161 |
| CSE | 375 | 335 |
| Vetria | - | (124) |
| | 1.822 | (5.227) |

b) Principais saldos dos investimentos destinados à venda

| Investida | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio Líquido | Resultado do exercício |
|-----------|------------------|----------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|
| TIJOÁ | 33.367 | 40.451 | 18.697 | 31.529 | 23.592 | 2.888 |
| CSE | 9.477 | 1.312 | 4.581 | - | 6.208 | 749 |

Notas Explicativas

13. Investimentos

a) Investimentos permanentes

| Investimento | Controladora | | | | Investimentos permanentes em 31/03/18 | Investimentos permanentes em 31/12/17 |
|------------------------------------------------------------------|--------------------|----------------|----------------------------|-----------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| | Patrimônio líquido | Participação % | Equivalência patrimonial a | Outras | | |
| Econorte | 75.855 | 100% | 75.855 | - | 75.855 | 72.654 |
| Rio Tibagi | 3.186 | 100% | 3.186 | - | 3.186 | 3.867 |
| Rio Guaíba | 21.189 | 100% | 21.189 | - | 21.189 | 13.257 |
| Concer (i) | 358.628 | 64,98% | 233.037 | 6.504 | 239.541 | 242.785 |
| Rio Bonito | 12.237 | 62,50% | 7.647 | - | 7.647 | 7.723 |
| Concebra | 326.541 | 100% | 326.541 | - | 326.541 | 329.007 |
| Convale | 13.603 | 100% | 13.603 | (13.244) | 359 | 360 |
| TPI-Log (v) | 110.327 | 100% | 110.327 | - | 110.327 | 110.342 |
| Trevally | 1 | 100% | 1 | - | 1 | 1 |
| Rio Claro | 8.396 | 100% | 8.396 | - | 8.396 | - |
| Dable (ii) | 201.504 | 100% | 201.504 | - | 201.504 | 196.229 |
| ATTT (i) | 131 | 64,00% | 84 | 50 | 134 | 133 |
| Santa Cruz | 20.792 | 100% | 20.792 | - | 20.792 | 20.792 |
| Terlip | 2.375 | 100% | 2.375 | - | 2.375 | 2.375 |
| Taboca | 4.263 | 100% | 4.263 | - | 4.263 | 4.263 |
| Tucano | 8.881 | 100% | 8.881 | - | 8.881 | 8.892 |
| Retirinho | 2.674 | 100% | 2.674 | - | 2.674 | 2.674 |
| Guairoba | 2.865 | 100% | 2.865 | - | 2.865 | 2.864 |
| Estrela | 2.755 | 100% | 2.755 | - | 2.755 | 2.755 |
| Mercurio | 1 | 100% | 1 | - | 1 | 1 |
| Minerva | 1 | 100% | 1 | - | 1 | 1 |
| Netuno | 1 | 100% | 1 | - | 1 | 1 |
| CT Vias (iv) | 284 | 100% | 284 | 11.467 | 11.751 | 13.000 |
| Total Investimentos | 1.176.490 | | 1.046.262 | 4.777 | 1.051.039 | 1.033.976 |
| Juno (iii) | 6.347 | 100% | 6.347 | (21.381) | (15.034) | (15.022) |
| Rio Paraíba | (311) | 100% | (311) | - | (311) | (311) |
| Ecovale (i) | - | 52,5% | - | (48) | (48) | (48) |
| Concepa | (230.432) | 100% | (230.432) | - | (230.432) | (257.837) |
| Rio Claro | - | 100% | - | - | - | (1.986) |
| Vênus | (2.937) | 100% | (2.937) | - | (2.937) | (14.151) |
| Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias | (227.333) | | (227.333) | (21.429) | (248.762) | (289.355) |
| Total Investimentos Líquido | 949.157 | | 818.929 | (16.652) | 802.277 | 744.621 |

- (i) As controladas apresentam um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes e na integralização de capital, devido a envio de recursos em proporção diferente à participação da Companhia nas investidas.
- (ii) A controlada Dable detém 100% de participação na Holding TBR, que detém 100% de participação na Transbrasiliana.
- (iii) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos estão reclassificados para Participações a comercializar – nota explicativa nº 12.
- (iv) Ágio na aquisição da CT Vias (R\$11.467), realizada em 28 de dezembro de 2017.
- (v) A controlada TPI-Log detém 100% de participação na TPB.

| Investimento | Consolidado | | | |
|------------------------------------------------------------------|-------------|---------------------------------------|-------------|---------------------------------------|
| | 31/03/2018 | Resultado de equivalência patrimonial | 31/12/2017 | Resultado de equivalência patrimonial |
| Ecovale | (48) | - | (48) | - |
| Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias | (48) | - | (48) | - |

Notas Explicativas**b) Movimentação dos investimentos permanentes**

| Investimento | Investimentos permanentes em 31/12/17 | Aportes (reduções) de capital | Resultado de equivalência patrimonial | Dividendos e juros sobre o capital próprio | Investimentos permanentes em 31/03/18 | Resultado de equivalência patrimonial 31/03/17 |
|--------------|---------------------------------------|-------------------------------|---------------------------------------|--------------------------------------------|---------------------------------------|------------------------------------------------|
| Econorte | 72.654 | - | 3.201 | - | 75.855 | (2.879) |
| Rio Tibagi | 3.867 | - | (681) | - | 3.186 | 5.618 |
| Concepa | (257.837) | - | 27.405 | - | (230.432) | 2.705 |
| Rio Guaíba | 13.257 | - | 7.932 | - | 21.189 | 14.487 |
| Concer | 242.785 | - | (3.244) | - | 239.541 | (9.613) |
| Rio Bonito | 7.723 | - | (76) | - | 7.647 | (94) |
| Concebra | 329.007 | 11.700 | (14.166) | - | 326.541 | (31.013) |
| Convale | 360 | 7 | (8) | - | 359 | (7) |
| Rio Paraiba | (311) | - | - | - | (311) | - |
| Ecovale | (48) | - | - | - | (48) | - |
| TPI-Log | 110.342 | 14 | (29) | - | 110.327 | (92) |
| Trevally | 1 | - | - | - | 1 | - |
| Rio Claro | (1.986) | 12.367 | (1.985) | - | 8.396 | (1.337) |
| Vessel | - | - | - | - | - | (4.571) |
| Maestra | - | - | - | - | - | (2.283) |
| NTL | - | - | - | - | - | (737) |
| ATTT | 133 | 1 | - | - | 134 | - |
| Juno | (15.022) | 1 | (13) | - | (15.034) | (1) |
| Santa Cruz | 20.792 | 7 | (7) | - | 20.792 | (2) |
| Terlip | 2.375 | 10 | (10) | - | 2.375 | (9) |
| Taboca | 4.263 | 7 | (7) | - | 4.263 | - |
| Dable | 196.229 | 4.521 | 754 | - | 201.504 | (7.070) |
| Tucano | 8.892 | 7 | (18) | - | 8.881 | (5) |
| Retirinho | 2.674 | 7 | (7) | - | 2.674 | (1) |
| Guariroba | 2.864 | 8 | (7) | - | 2.865 | (6) |
| Estrela | 2.755 | 7 | (7) | - | 2.755 | (1) |
| Vênus | (14.151) | 1 | 11.213 | - | (2.937) | (19.599) |
| Mercurio | 1 | - | - | - | 1 | - |
| Minerva | 1 | - | - | - | 1 | - |
| Netuno | 1 | - | - | - | 1 | - |
| CT Vias | 13.000 | - | (1.249) | - | 11.751 | - |
| Total | 744.621 | 28.665 | 28.991 | - | 802.277 | (56.510) |

c) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado

| | Patrimônio Líquido | | Lucro (Prejuízo) líquido | |
|----------------------------------------------|---------------------------|-----------|---------------------------------|-----------|
| | 31/03/18 | 31/12/17 | 31/03/18 | 31/03/17 |
| Controladora | 1.231.135 | 1.205.340 | 25.795 | (100.964) |
| Participação de acionistas não controladores | 123.676 | 125.470 | (1.794) | (5.238) |
| Consolidado | 1.354.811 | 1.330.810 | 24.001 | (106.202) |

Notas Explicativas**d) Saldos de ativo, passivo e resultado das controladas em 31 de março de 2018**

| Controlada | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio Líquido | Resultado do exercício |
|------------------|------------------|----------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|
| Econorte | 65.775 | 323.841 | 129.021 | 184.740 | 75.855 | 3.201 |
| Rio Tibagi | 1.133 | 4.340 | 2.087 | 200 | 3.186 | (681) |
| Concepa | 36.500 | 591 | 260.297 | 7.226 | (230.432) | 27.405 |
| Rio Guaíba | 23.470 | 2.042 | 4.323 | - | 21.189 | 7.932 |
| Concer | 30.018 | 1.243.637 | 225.426 | 689.601 | 358.628 | (4.993) |
| Rio Bonito | 11.212 | 1.083 | 58 | - | 12.237 | (121) |
| Convale | 50 | 13.555 | 2 | - | 13.603 | (8) |
| Rio Paraíba | - | - | 311 | - | (311) | - |
| Concebra | 39.562 | 1.574.518 | 993.137 | 295.980 | 324.963 | (15.744) |
| Dable | - | 201.504 | - | - | 201.504 | 754 |
| BRVias Holding | 1.493 | 304.795 | 27.743 | 45.839 | 232.706 | 368 |
| Transbrasiliiana | 27.170 | 576.725 | 98.563 | 200.537 | 304.795 | 2.088 |
| CTVias | 1.141 | 5.696 | 3.617 | 2.936 | 284 | (1.249) |
| Venus | 14.283 | - | 8.659 | 8.561 | (2.937) | 11.213 |
| TPI - Log | 2 | 110.325 | - | - | 110.327 | (29) |
| Santa Cruz | - | 20.792 | - | - | 20.792 | (7) |
| Juno | 21.381 | - | 15.034 | - | 6.347 | 1.809 |
| Rio Claro | 1.094 | 8.730 | 1.427 | - | 8.397 | (1.985) |
| Tucano | - | 8.892 | 11 | - | 8.881 | (18) |
| Retirinho | - | 2.674 | - | - | 2.674 | (7) |
| Guariroba | - | 2.865 | - | - | 2.865 | (7) |
| Estrela | - | 2.755 | - | - | 2.755 | (7) |
| Taboca | - | 4.263 | - | - | 4.263 | (7) |
| ATTT | - | 131 | - | - | 131 | - |
| Mercurio | 1 | - | - | - | 1 | - |
| Netuno | 1 | - | - | - | 1 | - |
| Minerva | 1 | - | - | - | 1 | - |
| Trevally | 1 | - | - | - | 1 | - |
| Terlip | 9 | 2.366 | - | - | 2.375 | (10) |

14. Imobilizado

| | Consolidado | | | | | | | Total |
|-------------------------------|----------------|---------------------------|-------------------------|---------------------|--------------------------|-----------------|--------------|-----------------|
| | Terrenos | Edificações e Instalações | Máquinas e Equipamentos | Móveis e Utensílios | Equip. de Proc. de Dados | Veículos | Outros | |
| Custo | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2017 | 106.808 | 21.624 | 15.087 | 2.143 | 4.765 | 13.507 | 1.191 | 165.125 |
| Construções / Aquisições | - | 5 | 19 | 2 | 30 | 788 | 15 | 859 |
| Baixas | - | - | (14) | -- | - | (125) | (19) | (158) |
| Saldo em 31/03/2018 | 106.808 | 21.629 | 15.092 | 2.145 | 4.795 | 14.170 | 1.187 | 165.826 |
| Depreciação | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2017 | - | (5.839) | (7.061) | (1.575) | (3.871) | (11.088) | (294) | (29.728) |
| Depreciação | - | (204) | (332) | (58) | (70) | (301) | (90) | (1.055) |
| Baixas | - | - | - | - | - | 101 | - | 101 |
| Saldo em 31/03/2018 | - | (6.043) | (7.393) | (1.633) | (3.941) | (11.288) | (384) | (30.682) |
| Valor residual líquido | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2017 | 106.808 | 15.785 | 8.026 | 568 | 894 | 2.419 | 897 | 135.397 |
| Saldo em 31/03/2018 | 106.808 | 15.586 | 7.699 | 512 | 854 | 2.882 | 803 | 135.144 |
| Taxas de depreciação média | | 4% | 10% | 10% | 20% | 20% | 10% | |

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

Notas Explicativas

15. Intangível

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01- Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização.

| | Controladora | | | | | |
|----------------------------|-------------------|------------------------------|-----------------|--------------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|
| | Ágio na aquisição | | | | | |
| | Econorte (i) | Esparta - Rio Guaíba (ii) | Concepa (ii) | Desenvolvimento de projetos (iii) | Licenças de uso e softwares | Total Controladora |
| Custo | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2017 | 41.476 | 267 | 4.028 | 485 | 1.728 | 47.984 |
| Adições | - | - | - | 103 | - | 103 |
| Baixas | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31/03/2018 | 41.476 | 267 | 4.028 | 588 | 1.728 | 48.087 |
| Amortização | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2017 | (32.343) | (267) | (4.028) | - | (1.144) | (37.782) |
| Amortização | (588) | - | - | - | (65) | (653) |
| Baixas | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31/03/2018 | (32.931) | (267) | (4.028) | - | (1.209) | (38.435) |
| Valor residual líquido | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2017 | 9.133 | - | - | 485 | 584 | 10.202 |
| Saldo em 31/03/2018 | 8.545 | - | - | 588 | 519 | 9.652 |
| Taxas de amortização | 0,63% | 0,95% | | | 20% | |

| | Consolidado | | | | | | | |
|----------------------------|-----------------------|--------------------------------------------|---------------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------|----------------------|
| | Total Controladora | Ativos de Concessão de Rodovias (iv) | Projetos de atividades portuárias (v) | Projetos/ Estudos de PCHs (vi) | Outros Intangíveis | Ágio na aquisição da Transbrasiliana (vii) | Ágio na aquisição da CT Vias (viii) | Total Consolidado |
| Custo | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2017 | 47.984 | 5.868.242 | 42.774 | 9.902 | 327 | 17.738 | 11.467 | 5.998.434 |
| Adições | 103 | 26.430 | - | - | - | - | - | 26.533 |
| Baixas | - | (233) | - | - | - | - | - | (233) |
| Saldo em 31/03/2018 | 48.087 | 5.894.439 | 42.774 | 9.902 | 327 | 17.738 | 11.467 | 6.024.734 |
| Amortização | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2017 | (37.782) | (2.336.389) | - | - | (209) | (1.983) | - | (2.376.363) |
| Amortização | (653) | (52.188) | - | - | - | (192) | - | (53.033) |
| Amortização - mais valia | - | (9.536) | - | - | - | - | - | (9.536) |
| Baixas | - | 46 | - | - | - | - | - | 46 |
| Saldo em 31/03/2018 | (38.435) | (2.398.067) | - | - | (209) | (2.175) | - | (2.438.886) |
| Valor residual líquido | | | | | | | | |
| Saldo em 31/12/2017 | 10.202 | 3.531.853 | 42.774 | 9.902 | 118 | 15.755 | 11.467 | 3.622.071 |
| Saldo em 31/03/2018 | 9.652 | 3.496.372 | 42.774 | 9.902 | 118 | 15.563 | 11.467 | 3.585.848 |

Notas Explicativas

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% da Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% da Concebra. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, e foi integralmente amortizado até junho de 2017.
- (iii) Referem-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário.
- (iv) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (v) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário, que ainda não estão em fase operacional.
- (vi) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que ainda não estão em fase operacional.
- (vii) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição da Holding TBR, controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (viii) Refere-se ao ágio na aquisição de CT Vias, realizada em 28 de dezembro de 2017, que está em fase de análise e poderá ser reclassificado na alocação final do preço de compra.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2018 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital das companhias. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

16. Obrigações do Contrato de Concessão

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

| | Consolidado | | | | | 31/03/2018 |
|-----------------|----------------|------------------------------------------|-----------------------------------------------|--------------------------|---------------------------------------|----------------|
| | 31/12/2017 | Constituição da provisão para manutenção | Efeito do valor presente sobre a constituição | Realização da manutenção | Ajuste a valor presente - realizações | |
| Econorte | 46.238 | 3.179 | 827 | (555) | (212) | 49.477 |
| Concebra | 188.188 | 8.748 | 3.461 | - | - | 200.397 |
| Concer | 598 | - | - | - | - | 598 |
| Transbrasiliana | 1.787 | 123 | 139 | - | - | 2.049 |
| Total | 236.811 | 12.050 | 4.427 | (555) | (212) | 252.521 |
| Circulante | 25.904 | | | | | 29.133 |
| Não circulante | 210.907 | | | | | 223.388 |

Notas Explicativas

17. Empréstimos e financiamentos

| Tipo de empréstimos | Garantias | Indexador | Consolidado | |
|---------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | | | 31/03/18 | 31/12/17 |
| Triunfo (controladora): | | | | |
| Fiança Bancária FINEP - FIBRA | Não há | 8% a.a. | 504 | 495 |
| Fiança Bancária FINEP - ABC | Não há | CDI+2% a.a. | 636 | 623 |
| Cédula de crédito bancário - China Construction Bank | Não há | CDI + 7,4424% a.a. | 32.013 | 30.944 |
| Cédula de crédito bancário - Trophy FIP Multiestratégia | Aval da THP (Triunfo Holding de Participações) | 140% do CDI | 23.336 | 22.827 |
| Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank | Não há | CDI+8% a.a. | 2.618 | 2.568 |
| Fiança Bancária FINEP - Santander | Não há | CDI+1% a.a. | 12.506 | 12.280 |
| Cédula de crédito bancário - BTG Pactual | Alienação Fiduciária de Ações | CDI+3% a.a. | 47.017 | 47.024 |
| Cédula de crédito bancário - ABC | Não há | CDI+5,8% a.a. | 14.742 | 14.308 |
| Concer: | | | | |
| Financiamento de imobilizado - FINEP | Carta de fiança bancária | TJLP + 0,5% a.a. | 1.102 | 1.032 |
| Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara | Aval Pessoas Físicas | CDI + 0,5% a.a. | 8.891 | 8.669 |
| FINAME - Banco Guanabara | Alienação fiduciária dos bens financiados | 1,50% a 8,50% a.a. | 465 | 491 |
| FINAME - Banco Mercedes | Alienação fiduciária dos bens financiados | 6% a.a. | 997 | 1.153 |
| Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 0,5% a.a. | 8.121 | 8.027 |
| Crédito Bancário - Banco ABC | Não há | CDI + 0,5% a.a. | 39.508 | 39.521 |
| Cédula de crédito bancário - Banco Pine | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 0,5% a.a. | 52.834 | 55.344 |
| Empréstimo Ponte - BNDES A | Fiança da Companhia (Triunfo) e fiança bancária | TJLP + 0,5% a.a. | 205.433 | 203.044 |
| Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 0,5% a.a. | 13.295 | 13.298 |
| Cédula de crédito bancário - Banco Fibra | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 0,5% a.a. | 9.506 | 9.345 |
| Econorte: | | | | |
| Conta garantida - Santander | Não há | 132,5% do CDI | 14.939 | 15.000 |
| Concebra: | | | | |
| Empréstimo Ponte - BNDES | Fiança da Companhia (Triunfo) | TJLP + 2% a.a. | 814.347 | 773.773 |
| Cédula de crédito bancário - BDMG | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 2,5% a.a. | 21.399 | 24.456 |
| Empréstimo Ponte - BDMG | Fiança da Companhia, penhor e recebíveis | CDI + 2,5% a.a. | 45.669 | 53.963 |
| Arrendamento Mercantil - Banco Safra | Alienação fiduciária dos bens financiados | 14,98% a.a. | 32 | 80 |
| FINAME - BNDES | Alienação fiduciária dos bens financiados e Aval da Companhia (Triunfo) | 7,5% a.a. | 2.153 | 2.653 |
| Empréstimo Ponte - Banco do Brasil | Fiança da Companhia, penhor e recebíveis | CDI + 2,5% a.a. | 76.475 | 89.889 |
| Rio Bonito: | | | | |
| Cartão BNDES – Banco Bradesco | Não há | 12,8% a.a. | 6 | 15 |
| Financiamento de imobilizado - CDC – Banco Safra | Alienação fiduciária dos bens financiados | 18,02% a.a. | - | 7 |
| Transbrasiliana: | | | | |
| Finem - BNDES | Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão / Penhor das ações | TJLP + 2,91% a.a. | 165.932 | 170.365 |
| Cédula de crédito bancário - Banco ABC | Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 3% a.a. | 16.007 | 16.967 |
| Arrendamento Mercantil - Banco Safra | Alienação fiduciária dos bens financiados | 16,77% a.a. | 80 | 187 |
| Arrendamento Mercantil - HP Financial | Alienação fiduciária dos bens financiados | 26,67% a.a. | 345 | 390 |
| Arrendamento Mercantil - Banco Volkswagen S.A. | Alienação fiduciária dos bens financiados | 21,20% a.a. | 145 | 167 |
| Cédula de crédito bancário - BTG Pactual | Ações Tijoá e Aval da Companhia (Triunfo) | CDI + 3% a.a. | 15.485 | 15.444 |
| Finame - Banco Volkswagen | Alienação fiduciária dos bens financiados e Notas promissórias | 13,25% a.a. | 194 | 210 |
| Cédula de crédito bancário - Banco Volkswagen | Alienação fiduciária dos bens financiados | 24,78% a.a. | 58 | 69 |
| | | | 1.646.790 | 1.634.628 |
| Parcela do circulante | | | 986.606 | 1.216.374 |
| Parcela do não circulante | | | 660.184 | 418.254 |

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2018 está assim distribuído:

| Ano | Controladora | Consolidado |
|------------------|---------------|----------------|
| 2019 | 82.788 | 152.621 |
| 2020 | - | 116.367 |
| 2021 | - | 274.648 |
| 2022 | - | 33.977 |
| A partir de 2023 | - | 82.571 |
| | 82.788 | 660.184 |

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como: não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76; relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.

Em 31 de março de 2018, as cláusulas restritivas dos contratos da TPI e de suas controladas foram cumpridas, exceto em relação às dívidas da Concer e da Concebra com o BNDES, que encontram-se vencidas. As controladas citadas tomaram conhecimento da existência de ações de execução movidas pelo credor, porém a exigibilidade de tais dívidas já está sendo controvertida em ações que a Companhia ajuizou, juntamente com suas controladas, em face do BNDES, perante a Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro.

O elevado grau de endividamento no curto prazo deve-se principalmente aos financiamentos do BNDES, que seriam readequados com a liberação dos empréstimos na modalidade longo prazo da mesma instituição financeira. Cabe ressaltar que nenhum efeito contábil seria registrado com o vencimento das dívidas, uma vez que os financiamentos citados já estão classificados integralmente no passivo circulante.

A Administração da Companhia vem adotando medidas para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento na controladora e em suas controladas. Em 2017, foram estruturados Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos de RE”), conforme explicados a seguir.

Planos de Recuperação Extrajudicial:

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras subsidiárias e da Concer, conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

O pedido de homologação dos Planos de RE havia sido protocolado no dia 22 de julho de 2017 e foi deferido em 25 de julho de 2017, determinando a partir desta data a suspensão de todas as ações e execuções relacionadas a créditos abrangidos pelos Planos.

Os Planos de RE foram estruturados principalmente em virtude: (i) da execução, por parte de credores financeiros, das dívidas e suas garantias das controladas Concer e Concebra; (ii) dos riscos inerentes de bloqueios judiciais de ativos operacionais e financeiros essenciais à manutenção das atividades da Triunfo e da Concer; (iii) de restrições de liquidez, considerando a deterioração do cenário macroeconômico; (iv) da queda do desempenho operacional de algumas controladas da Triunfo; e (v) da necessidade de aportes não previstos na Concer e na Concebra.

Os Planos de RE abrangem unicamente os credores financeiros das empresas e não envolvem fornecedores e funcionários. Com esses planos, a Companhia e suas controladas buscam equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial.

A homologação dos Planos de RE consiste no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos

Notas Explicativas

tornam-se vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos planos, conforme mencionado a seguir:

- Opção A de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: possui carência de 48 meses a partir da data do pedido de homologação e pagamento de principal e juros em 48 meses após a carência.
- Opção B de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: consiste na opção de antecipação do recebimento mediante aplicação de deságio por meio do Leilão Reverso, que foi realizado no dia 20 de março de 2018. Foram contemplados no Leilão Reverso os credores que apresentaram maior deságio, até o limite de R\$112 milhões que estavam disponibilizados para esta opção. O deságio médio foi de 55,3%, porém o pagamento aos credores contemplados está sujeito à decisão judicial, conforme informado pela Companhia no Comunicado ao Mercado do dia 20 de março de 2018.
- Plano de RE da Concer: consiste no pagamento de juros mensais equivalentes ao indexador do contrato + spread de 0,5% a.a., sendo que a amortização do principal ocorrerá de 2019 a 2021.

Os recursos decorrentes do desinvestimento de ativos, conforme nota explicativa nº 12, estão sendo utilizados para a redução do endividamento da Companhia e de suas controladas. O acordo para amortização de dívidas com credores e os Planos de Recuperação Extrajudicial estão em linha com essa estratégia, que busca a melhor solução diante do cenário da Companhia para seu endividamento e para sustentabilidade de seus negócios.

18. Debêntures

| Emissora | Emissão | Debêntures Emitidas | Data Emissão | Vencimento | Valor Nominal | Custos de transação | Valor líquido | Taxa de juros de emissão | Taxa efetiva de juros a.a. | Saldos em | |
|---------------------------|------------|---------------------|--------------|------------|------------------|---------------------|------------------|--------------------------|----------------------------|----------------|----------------|
| | | | | | | | | | | 31/03/2018 | 31/12/2017 |
| Econorte (i) | 3ª Emissão | 24.600 | 15/04/2015 | 04/2020 | 246.000 | (6.435) | 239.565 | CDI + 3,20% | CDI + 3,95% | 171.015 | 166.732 |
| Vessel-log / Triunfo (ii) | 1ª Emissão | 145.000 | 21/09/2012 | 09/2017 | 145.000 | (3.188) | 141.812 | IPCA + 7,60% | IPCA + 8,19% | 44.335 | 43.484 |
| Concer (iii) | 1ª Emissão | 200 | 12/07/2013 | 02/2021 | 200.000 | (8.750) | 191.250 | CDI + 3,85% | CDI + 4,82% | 122.787 | 132.653 |
| BRVias Holding TBR (iv) | 1ª Emissão | 44.000 | 22/12/2010 | 12/2021 | 44.000 | - | 44.000 | IGPM + 12% | IGPM + 12% | 71.132 | 69.424 |
| Vênus (v) | 1ª Emissão | 699.331 | 23/11/2016 | 01/2021 | 647.300 | (7.355) | 639.945 | 13,5% a 15,5% | 23,64% | 8.561 | 19.775 |
| | | | | | <u>1.282.300</u> | <u>(25.728)</u> | <u>1.256.572</u> | | | 417.830 | 432.068 |
| | | | | | | | | | Circulante | 328.262 | 166.094 |
| | | | | | | | | | Não circulante | 89.568 | 265.974 |

Notas Explicativas

- (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória. Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (Swap), vinculados a esta emissão (vide nota explicativa 27c), e para melhor apresentar o efeito dessa operação nas informações trimestrais foi aplicado Hedge Accounting, gerando ajustes a valor justo no saldo de debêntures a pagar. Os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representam o montante de R\$3.000 (R\$3.360 em 31 de dezembro de 2017), e o ajuste a valor justo, também apresentado compondo o saldo devedor, representa o montante de R\$1.692 em 31 de março de 2018 (R\$1.750 em 31 de dezembro de 2017).
- No primeiro trimestre de 2018, a Econorte assinou o 6º termo aditivo contratual (antecipação de investimentos), resultando no rebaixamento de seu rating para BBB-(bra), que é considerado uma hipótese de vencimento antecipado, conforme escritura das debêntures. O saldo devedor foi reclassificado para o circulante de acordo com o item 74 do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Cabe ressaltar que a condição restritiva citada não traz o vencimento de forma automática e, portanto, dependente ainda de deliberação dos debenturistas.
- (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries. Após a extinção da Vessel, emissora original das debêntures, a Companhia assumiu a dívida junto aos debenturistas, que estão abrangidos no Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. O saldo devedor das debêntures foi contemplado no Leilão Reverso, realizado em 20 de março de 2018, e será devidamente liquidado quando os efeitos da decisão que impede os pagamentos do Leilão estiverem suspensos.
- (iii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória. Os gastos de emissão são apresentados como redutores do saldo devedor e representam os montantes de R\$670 e R\$2.213 em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, respectivamente. A Concer assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.
- (iv) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com amortizações anuais desde dezembro de 2012. A parcela de dezembro de 2017 encontra-se vencida. O aval da Triunfo referente às debêntures da Holding TBR está abrangido no Plano de RE, vide nota explicativa nº 17.
- (v) Debêntures privadas conversíveis em ações, composta por duas séries. A 1ª série previa remuneração de 13,5% a 15,5% a.a. somada à variação cambial, e possuía como garantia a alienação fiduciária de ações da Portonave. Desta forma, devido à alienação do ativo, a 1ª série das debêntures foi totalmente resgatada em 26 de outubro de 2017. A 2ª série consiste em prêmio a ser pago no vencimento, calculado sobre o valor das ações da Triunfo. Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 o saldo a pagar refere-se ao prêmio, mensurado a valor justo por meio da precificação das ações da Triunfo para a data de vencimento das debêntures (vide nota explicativa nº 27).

Em 31 de março de 2018, exceto pelo mencionado nos itens i) e iv) acima, as cláusulas restritivas das escrituras de debêntures da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas.

A parcela registrada no passivo não circulante em 31 de março de 2018, com vencimento até o ano 2021, está assim distribuída:

| Ano | Consolidado |
|------|---------------|
| 2019 | 35.706 |
| 2020 | 42.265 |
| 2021 | 11.597 |
| | 89.568 |

19. Notas Promissórias

| Emissora | Emissão | Vencimento | Valor Nominal | Taxa de juros | 31/03/2018 | 31/12/2017 |
|----------|------------|------------|---------------|----------------|----------------|------------|
| Concer | 18/01/2016 | 02/2021 | 210.000 | CDI + 2,00% | 158.143 | 171.680 |
| | | | | | 158.143 | 171.680 |
| | | | | Circulante | 54.345 | 54.344 |
| | | | | Não circulante | 103.798 | 117.336 |

Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040. A controlada assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de

Notas Explicativas

Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.

20. Impostos, taxas e contribuições

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------------------------|--------------|--------------|----------------|----------------|
| | 31/03/18 | 31/12/17 | 31/03/18 | 31/12/17 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | - | 2.433 | 1.650 | 4.806 |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | - | 3.460 | 4.266 | 8.801 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte | 6 | 11 | 1.377 | 3.494 |
| COFINS | 75 | 137 | 4.282 | 7.852 |
| PIS | 12 | 22 | 920 | 1.686 |
| INSS | 1 | 1 | 4.746 | 2.430 |
| Imposto Sobre Serviços | 1 | - | 29.717 | 29.628 |
| Imposto sobre Operações Financeiras | 89 | 534 | 98 | 544 |
| Contribuições Sociais Retidas na Fonte | 22 | 112 | 2.371 | 610 |
| Programa de Regularização Tributária – PRT | - | - | 3.123 | 5.311 |
| Programa Especial de Regularização Tributária - PERT | - | - | 38.010 | 54.855 |
| Outros impostos e contribuições | - | - | 13.544 | 6.818 |
| | 206 | 6.710 | 104.104 | 126.835 |
| Parcela do circulante | 206 | 6.710 | 94.871 | 119.043 |
| Parcela do não circulante | - | - | 9.233 | 7.792 |

21. Provisão para demandas judiciais e administrativas

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

| | Consolidado | | | | 31/03/18 |
|------------------------|---------------|--------------|--------------|-------------|---------------|
| | 31/12/17 | Adições | Pagamentos | Reversões | |
| Processos cíveis | 5.920 | 1.879 | (191) | (69) | 7.539 |
| Processos tributários | 1.083 | 174 | - | - | 1.257 |
| Processos trabalhistas | 4.271 | 27 | (128) | (28) | 4.142 |
| Total provisão | 11.274 | 2.080 | (319) | (97) | 12.938 |

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de perda foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possível nos montantes de R\$206.898 e R\$201.715 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

Notas Explicativas

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2018, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 31 de março de 2018 já foram emitidas 92.575.734 novas ações.

b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto das ações da Companhia no Mercado. O programa inicial tinha prazo de 365 dias e foi aprovado novamente em 22 de março de 2016, estendendo seu prazo por mais 18 meses.

Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do programa de recompra de ações, com prazo até março de 2019. Poderão ser adquiridas até 4.708.827 ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do programa, para realizar a aquisição das ações.

Até 31 de março de 2018 foram recompradas 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado nas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados. A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados” integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia demonstrava na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial o ajuste ao custo atribuído da Portonave, controlada em conjunto alienada em 2017. O ajuste ao custo atribuído da Portonave havia sido registrado de acordo com ICPC 10 e CPC 37, e estava sendo realizado na medida da depreciação da respectiva mais valia na investida.

Notas Explicativas

Em decorrência da alienação do investimento, o ajuste de avaliação patrimonial reflexo foi totalmente realizado pela Companhia no exercício de 2017.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

| | <u>31/03/2018</u> | <u>31/03/2017</u> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-------------------|
| Numerador | | |
| Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias | 25.795 | (100.964) |
| Denominador | | |
| Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico | 173.506.600 | 173.506.600 |
| Média ponderada das opções exercíveis ao final do período – diluído | 2.000.000 | 2.000.000 |
| Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído | (2.000.000) | (2.000.000) |
| Resultado por ação – básico | 0,14867 | (0,58190) |
| Resultado por ação – diluído | 0,14867 | (0,58190) |
| Resultado por ação - básico e diluído das operações continuadas | 0,13817 | (0,55178) |
| Resultado por ação - básico e diluído das operações descontinuadas | 0,01050 | (0,03013) |

Em exercícios anteriores, o Conselho de Administração aprovou outorgas de opção de compra de 2.000.000 ações da Companhia para executivos e empregados. Estas opções não causarão impactos relevantes no cálculo do lucro diluído por ação em 31 de março de 2018, tendo em vista que o preço do exercício da opção sobre ações é superior à média do preço de mercado no período. As despesas referentes as opções de compra de ações foram totalmente reconhecidas em exercícios anteriores.

f) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

| | <u>31/03/2018</u> | <u>31/03/2017</u> |
|----------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro (Prejuízo) Líquido | 25.795 | (100.964) |
| (+) Realização da reserva de reavaliação reflexa | 15.637 | 5.142 |
| (+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial | - | 6.213 |
| Lucro (Prejuízo) Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal | 41.432 | (89.609) |
| (-) Reserva Legal (5% do lucro líquido) | (1.290) | - |
| Base de cálculo de dividendos | 40.142 | (89.609) |

Em 31 de março de 2018 o saldo de dividendos a pagar da Triunfo é de R\$67.538, referente à distribuição proposta no exercício de 2017. O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$113.262, composto ainda pelo montante de R\$45.724 referente ao exercício social de 2015, pagos em fevereiro de 2018.

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

h) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia.

23. Receita operacional líquida

| | Consolidado | |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------------|------------|
| | 31/03/2018 | 31/03/2017 |
| Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias | 310.072 | 341.366 |
| Construção de ativos das concessões de rodovia | 33.907 | 37.018 |
| Outros | 1.867 | 2.819 |
| | 345.846 | 381.203 |
| (-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos) | (26.931) | (29.331) |
| | 318.915 | 351.872 |

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está previsto no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Notas Explicativas

Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.

Nova norma de reconhecimento de receitas

Desde 1º de janeiro de 2018, está em vigor o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15), que não apresenta impactos significativos para as controladas da Companhia.

24. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

| Companhia | Tipo de cobertura | | | | | | Total LMI (i) |
|------------------|------------------------|---------------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| | Responsabilidade Civil | Riscos Operacionais | Riscos de Engenharia | D&O | Garantia | Outros | |
| Econorte | 10.000 | 85.493 | 3.000 | - | - | - | 98.493 |
| Concer | 19.406 | 20.000 | 5.000 | - | 28.261 | - | 72.667 |
| Concepa | 4.000 | 6.000 | 2.000 | - | - | 6.400 | 18.400 |
| Concebra | 10.000 | 10.000 | 10.000 | - | - | 2.683 | 32.683 |
| Transbrasiliiana | 10.000 | 24.000 | 18.500 | - | 64.295 | 367 | 117.162 |
| Triunfo | - | - | - | 40.000 | - | 7.000 | 47.000 |
| Total R\$ | 53.406 | 145.493 | 38.500 | 40.000 | 92.556 | 16.450 | 386.405 |

(i) O Limite Máximo de Indenização corresponde a 100% do valor das apólices.

Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

25. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27 de abril de 2018 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$12.940. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------|--------------|----------|--------------|----------|
| | 31/03/18 | 31/03/17 | 31/03/18 | 31/03/17 |
| Remuneração fixa anual | | | | |
| Salário ou pró labore | 1.891 | 1.422 | 4.575 | 3.431 |
| Encargos sociais | 378 | 392 | 411 | 425 |
| Benefícios diretos e indiretos | 40 | 29 | 131 | 187 |
| Participações nos resultados | - | 540 | - | 552 |
| | 2.309 | 2.383 | 5.117 | 4.595 |

Notas Explicativas

26. Resultado financeiro líquido

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------------------------|----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | 31/03/18 | 31/03/17 | 31/03/18 | 31/03/17 |
| Receita financeira | | | | |
| Rendimento de aplicação financeira | 297 | - | 3.677 | 1.115 |
| Valor justo debêntures | - | - | 11.299 | - |
| Instrumentos derivativos | - | - | 21 | 735 |
| Juros recebidos | - | - | 41 | 142 |
| Atualização monetária de empréstimos e financiamentos | 3.908 | 7.312 | 43 | 66 |
| Outros juros e descontos obtidos | 3.759 | 4.908 | 764 | 548 |
| | 7.964 | 12.220 | 15.845 | 2.606 |
| Despesa financeira | | | | |
| Juros e remunerações sobre debêntures | - | - | (7.905) | (10.036) |
| Atualização monetária de empréstimos e financiamentos | (5.282) | (9.674) | (60.136) | (118.422) |
| Outros juros, multas e atualizações | (814) | (1.531) | (8.317) | (14.360) |
| Instrumentos derivativos | - | - | (2.258) | (335) |
| Valor justo debêntures | - | (33.876) | (28) | (53.648) |
| Impostos sobre operações financeiras | (883) | (442) | (3.535) | (1.203) |
| | (6.979) | (45.523) | (82.179) | (198.004) |
| Resultado financeiro | 985 | (33.303) | (66.334) | (195.398) |

27. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

| | Consolidado | | | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Valor Contábil | | Valor Justo | |
| | 31/03/2018 | 31/12/2017 | 31/03/2018 | 31/12/2017 |
| Ativos Financeiros | | | | |
| Aplicações financeiras vinculadas | 49.594 | 25.140 | 49.594 | 25.140 |
| Total | 49.594 | 25.140 | 49.594 | 25.140 |
| Passivos Financeiros | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 1.646.790 | 1.634.628 | 1.646.790 | 1.634.628 |
| Debêntures | 440.621 | 432.068 | 440.621 | 432.068 |
| Notas Promissórias | 135.352 | 171.680 | 135.352 | 171.680 |
| Dividendos | 69.082 | 114.806 | 69.082 | 114.806 |
| Instrumentos Financeiros Derivativos | 27.390 | 25.154 | 27.390 | 25.154 |
| Total | 2.319.235 | 2.378.336 | 2.319.235 | 2.378.336 |

Notas Explicativas

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A debênture da Econorte, que é objeto de hedge, é mensurada a valor justo.
- A debênture da Vênus foi reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado, utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.
- Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

| | 31 de março de 2018 | | |
|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| | Ativos/passivos cotados em mercados ativos (Nível 1) | Inputs significativamente observáveis (Nível 2) | Inputs significativamente inobserváveis (Nível 3) |
| Ativos/Passivos mensuráveis a valor justo | | | |
| Debênture (Econorte) | - | 171.015 | - |
| Derivativo (swap) | - | 27.390 | - |
| Debêntures (Vênus) | - | - | 8.651 |
| Ativos/Passivos com divulgação do valor justo | | | |
| Debênture (Econorte) | - | 171.015 | - |
| Derivativo (swap) | - | 27.390 | - |
| Debêntures (Vênus) | - | - | 8.651 |

c) Instrumentos financeiros derivativos

- Econorte:

Em 31 de março de 2018 a Companhia mantém um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger parte da remuneração de juros de CDI + 1,90 a.a. referente à debenture emitida em abril de 2015. O contrato de swap prevê que a Companhia transfira o risco de CDI + 1,90 a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10 a.a..

O valor nominal contratado foi de R\$246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

O instrumento financeiro derivativo e a debênture são mensurados a valor justo a partir de inputs significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo.

Notas Explicativas

A Companhia mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

| | Consolidado | |
|--------------------------------------------|--------------------|------------|
| | 31/03/2018 | 31/12/2017 |
| Ganho/Perda instrumentos derivativos | (29.113) | (26.945) |
| Marcação a mercado derivativos | 1.723 | 1.791 |
| Total instrumentos financeiros derivativos | (27.390) | (25.154) |
| Passivo Circulante | (10.589) | (9.466) |
| Passivo Não circulante | (16.801) | (15.688) |
| | (27.390) | (25.154) |

Ajuste a valor justo debêntures

| | 31/03/2018 | 31/12/2017 |
|-------------------------------------|-----------------------------------|----------------|
| | Ajuste valor justo das debêntures | (1.692) |
| Total ajuste valor justo debêntures | (1.692) | (1.750) |
| Efeito no Passivo Circulante | (1.692) | (7.652) |
| Efeito no Passivo Não circulante | - | 5.902 |

A tabela abaixo apresenta a perda com valor justo do swap segregado por período:

| <u>Prazo</u> | <u>2018</u> | <u>2019</u> | <u>2020</u> | <u>Total</u> |
|--------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| Valor | (10.589) | (11.598) | (5.203) | (27.390) |

- Vênus:

Em novembro de 2016, a controlada Vênus emitiu Debêntures privadas conversíveis em ações, conforme descrito na nota explicativa nº 18. O vencimento das debêntures ocorrerá em janeiro de 2021, porém a 1ª série da emissão foi liquidada antecipadamente em 2017.

A 2ª série consiste no pagamento de um prêmio ao debenturista do valor resultante da diferença (se positiva) entre (i) a média ponderada por volume financeiro de negociação das ações da Triunfo na B3 durante os 60 pregões que antecederem a data de vencimento e (ii) o valor de R\$4,46, multiplicado por 15.000.000.

O saldo do prêmio está registrado a *Fair Value Option*, representando o cálculo do valor a ser pago de acordo com a precificação das ações da Triunfo projetada para a data de vencimento das debêntures. Em 31 de março de 2018, o valor justo do prêmio corresponde a R\$8.659 (R\$19.775 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

d) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,25% para o ano de 2018 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2018, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

| Operação | Risco | Cenário provável | Cenário II | Cenário III |
|----------------------------------------|--------------|-------------------------|-------------------|--------------------|
| Triunfo (controladora) | CDI | 18.750 | 14.062 | 9.375 |
| Econorte | CDI | 2.441 | 1.831 | 1.221 |
| Concer | CDI | 40 | 30 | 20 |
| Transbrasiliana | CDI | 1.007 | 755 | 504 |
| BR Vias holding | CDI | 15 | 11 | 7 |
| Concebra | CDI | 337 | 253 | 169 |
| Rio Claro | CDI | 67 | 50 | 34 |
| R\$362.513 (*) | | 22.657 | 16.992 | 11.330 |
| Taxa/índice sujeitos às variações (**) | CDI | 6,25% | 4,69% | 3,13% |

(*) Saldos em 31 de março de 2018 aplicados em CDB e Fundos DI

(**) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de março de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2018, foram definidos os cenários prováveis para o exercício e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de março de 2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas*Triunfo (Controladora e Consolidado)*

| Operação | Risco | Cenário Provável | Cenário II | Cenário III |
|---------------------------------------------------------|--------------|-------------------------|-------------------|--------------------|
| Fiança Bancária FINEP - ABC | CDI | 40 | 50 | 60 |
| Cédula de crédito bancário - China Construction Bank | CDI | 2.001 | 2.501 | 3.001 |
| Cédula de crédito bancário - Trophy FIP Multiestratégia | CDI | 1.459 | 1.823 | 2.188 |
| Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank | CDI | 164 | 205 | 245 |
| Fiança Bancária FINEP - Santander | CDI | 782 | 977 | 1.172 |
| Cédula de crédito bancário - BTG Pactual | CDI | 2.939 | 3.673 | 4.408 |
| Cédula de crédito bancário - ABC | CDI | 921 | 1.152 | 1.382 |
| Financiamento de imobilizado - FINEP | TJLP | 73 | 91 | 110 |
| Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara | CDI | 556 | 695 | 834 |
| Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano | CDI | 508 | 634 | 761 |
| Crédito Bancário - Banco ABC | CDI | 2.469 | 3.087 | 3.704 |
| Cédula de crédito bancário - Banco Pine | CDI | 3.302 | 4.128 | 4.953 |
| Empréstimo Ponte - BNDES A | TJLP | 13.620 | 17.025 | 20.430 |
| Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo | CDI | 831 | 1.039 | 1.246 |
| Cédula de crédito bancário - Banco Fibra | CDI | 594 | 743 | 891 |
| Conta garantida - Santander | CDI | 934 | 1.167 | 1.401 |
| Empréstimo Ponte - BNDES | TJLP | 53.991 | 67.489 | 80.987 |
| Cédula de crédito bancário - BDMG | CDI | 1.337 | 1.672 | 2.006 |
| Empréstimo Ponte - BDMG | CDI | 2.854 | 3.568 | 4.281 |
| Empréstimo Ponte - Banco do Brasil | CDI | 4.780 | 5.975 | 7.170 |
| Finem - BNDES | TJLP | 11.001 | 13.752 | 16.502 |
| Cédula de crédito bancário - Banco ABC | CDI | 1.000 | 1.251 | 1.501 |
| Cédula de crédito bancário - BTG Pactual | CDI | 968 | 1.210 | 1.452 |
| R\$1.641.811 (**) | | 107.124 | 133.907 | 160.685 |
| Debêntures - Econorte | CDI | 10.688 | 13.361 | 16.033 |
| Debêntures - Concer | CDI | 9.099 | 11.373 | 13.648 |
| Debêntures – Triunfo (Vessel) | IPCA | 1.512 | 1.890 | 2.268 |
| Debêntures - BR Vias Holding TBR | IGP-M | 3.685 | 4.606 | 5.527 |
| R\$432.060 (**) | | 24.984 | 31.230 | 37.476 |
| Notas Promissórias – Concer (i) | CDI | 8.460 | 10.574 | 12.689 |
| R\$135.352 | | | | |
| Taxa/Índice sujeitos às variações (**) | CDI | 6,25% | 7,81% | 9,38% |
| Taxa/Índice sujeitos às variações (**) | IGP-M | 5,18% | 6,48% | 7,77% |
| Taxa/Índice sujeitos às variações (**) | TJLP | 6,63% | 8,29% | 9,95% |
| Taxa/Índice sujeitos às variações (***) | IPCA | 3,41% | 4,26% | 5,12% |

(*) Saldos em 31 de março de 2018

(**) Fonte: BACEN

(***) Fonte: Relatório Santander

Para verificar a sensibilidade do prêmio da debênture da controlada Vênus, foi definido o cenário provável para o ano de 2018, e a partir deste foram calculadas variações positivas e negativas de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Vênus (Consolidado)

| Risco | Cenário provável | Cenário II - 50% | Cenário III - 25% | Cenário IV 25% | Cenário V 50% |
|------------------------------|------------------|---------------------|----------------------|-------------------|------------------|
| Risco da ação da Triunfo (i) | 11.335 | (6.870) | (4.010) | 4.902 | 10.492 |

(i) Utilizada a expectativa do preço futuro da ação da Triunfo para 31 de dezembro de 2018, conforme consulta à Bloomberg.

e) Análise de riscos

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

i) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

ii) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 50,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%.

iii) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

iv) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Notas Explicativas

v) Risco regulatório

Desconsidera-se quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Considera-se que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

vi) Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------------------|------------------|------------|------------------|------------|
| | 31/03/2018 | 31/12/2017 | 31/03/2018 | 31/12/2017 |
| Empréstimos e financiamentos (Nota 17) | 133.372 | 131.069 | 1.646.790 | 1.634.628 |
| Debêntures (Nota 18) | 44.335 | 43.484 | 440.621 | 432.068 |
| Notas promissórias (Nota 19) | - | - | 135.352 | 171.680 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 27) | - | - | 27.390 | 24.154 |
| (-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4) | (299.999) | (3.782) | (346.743) | (376.131) |
| (-) Caixa restrito (Nota 5) | - | - | (1.998) | (3.983) |
| (-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6) | - | - | (49.559) | (25.140) |
| Dívida líquida | (122.292) | 170.771 | 1.851.853 | 1.857.276 |
| Patrimônio líquido (Nota 22) | 1.231.135 | 1.205.340 | 1.354.811 | 1.330.810 |
| Total do capital | 1.108.843 | 1.376.111 | 3.206.664 | 3.188.086 |
| Índice de alavancagem financeira - % | (11,03) | 12,41 | 57,75 | 58,26 |

28. Informações por segmento

Nos segmentos operacionais consolidados da Companhia estão os seguintes negócios:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, Holding TBR, Transbrasiliiana, Concebra, Triunfo Convale, Rio Paraíba e CT Vias;
- Administração de portos: TPI-Log, TPB e Santa Cruz;
- Energia: Juno;
- Holding: a Companhia;
- Outros: Terlip, Rio Claro, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Rio Dourado, Netuno, Mercúrio, Minerva, ATTT, Trevally e Vênus.

Notas Explicativas

As controladas em conjunto que atuam no segmento de energia (Tijóá e CSE) não são consolidadas pela Companhia e encontram-se destinadas à venda (vide nota explicativa nº 12). A controlada em conjunto Aeroportos Brasil, que atua no segmento aeroportuário, não é consolidada e seu investimento foi baixado pela Companhia em 30 de junho de 2017 (vide nota explicativa nº 3 iv).

A Companhia possui atuação no Brasil, e sua carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

Abaixo estão apresentadas as informações por segmento:

| | 31/03/2018 | | | | | | Consolidado |
|--------------------------------------------------------------------|------------|---------|---------|--------|-----------|-----------------|-------------|
| | Rodovia | Porto | Energia | Outros | Holding | Eliminações (*) | |
| Operações em continuidade | | | | | | | |
| Receita operacional líquida | 318.915 | - | - | - | - | - | 318.915 |
| Custos dos serviços prestados | (199.722) | - | - | - | - | - | (199.722) |
| Lucro bruto | 119.193 | - | - | - | - | - | 119.193 |
| Receitas (Despesas) operacionais | (18.698) | (36) | (13) | (249) | 22.988 | (28.991) | (24.999) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro | 100.495 | (36) | (13) | (249) | 22.988 | (28.991) | 94.194 |
| Resultado financeiro | (78.868) | - | - | 9.421 | 985 | - | (68.462) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social | 21.627 | (36) | (13) | 9.172 | 23.973 | (28.991) | 25.732 |
| Imposto de renda e contribuição social | (3.553) | - | - | - | - | - | (3.553) |
| Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade | 18.074 | (36) | (13) | 9.172 | 23.973 | (28.991) | 22.179 |
| Operações descontinuadas | | | | | | | |
| Resultado de operações descontinuadas | - | - | 1.822 | - | 1.822 | (1.822) | 1.822 |
| Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas | 18.074 | (36) | 1.809 | 9.172 | 25.795 | (30.813) | 24.001 |
| Participação de acionistas não controladores | - | - | - | - | - | 1.794 | 1.794 |
| Lucro (prejuízo) líquido do período | 18.074 | (36) | 1.809 | 9.172 | 25.795 | (29.019) | 25.795 |
| Ativos totais por segmento | 3.916.214 | 131.207 | 21.381 | 48.066 | 1.786.856 | (1.387.726) | 4.515.998 |
| Passivos totais por segmento | 3.133.930 | 88 | 15.034 | 18.658 | 555.721 | (562.244) | 3.161.187 |

| | 31/03/2017 | | | | | | Consolidado |
|--------------------------------------------------------------------|------------|----------|---------|---------|-----------|-----------------|-------------|
| | Rodovia | Porto | Energia | Outros | Holding | Eliminações (*) | |
| Operações em continuidade | | | | | | | |
| Receita operacional líquida | 351.872 | - | - | - | - | - | 351.872 |
| Custos dos serviços prestados | (235.662) | - | - | - | - | - | (235.662) |
| Lucro bruto | 116.210 | - | - | - | - | - | 116.210 |
| Receitas (Despesas) operacionais | (37.131) | (96) | 992 | (326) | (62.434) | 55.518 | (43.477) |
| Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro | 79.079 | (96) | 992 | (326) | (62.434) | 55.518 | 72.733 |
| Resultado financeiro | (141.462) | (19.597) | - | (1.036) | (33.303) | - | (195.398) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social | (62.383) | (19.693) | 992 | (1.362) | (95.737) | 55.518 | (122.665) |
| Imposto de renda e contribuição social | 21.690 | - | - | - | - | - | 21.690 |
| Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade | (40.693) | (19.693) | 992 | (1.362) | (95.737) | 55.518 | (100.975) |
| Operações descontinuadas | | | | | | | |
| Resultado de operações descontinuadas | - | 3.800 | 1.498 | - | (5.227) | (5.298) | (5.227) |
| Lucro (prejuízo) líquido após o resultado de operações continuadas | (40.693) | (15.893) | 2.490 | (1.362) | (100.964) | 50.220 | (106.202) |
| Participação de acionistas não controladores | - | - | - | - | - | 5.238 | 5.238 |
| Lucro (prejuízo) líquido do período | (40.693) | (15.893) | 2.490 | (1.362) | (100.964) | 55.458 | (100.964) |
| Ativos totais por segmento (31/12/2017) | 3.926.200 | 145.489 | 19.559 | 362.508 | 1.859.860 | (1.724.580) | 4.589.036 |
| Passivos totais por segmento (31/12/2017) | 3.178.209 | 28.506 | 15.022 | 340.536 | 654.520 | (958.567) | 3.258.226 |

(*) Eliminações de consolidação entre a Holding e suas controladas

Notas Explicativas

29. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia (PER) prevê investimentos anuais remanescentes, conforme demonstrativo abaixo:

| <u>Ano</u> | <u>Valor</u> |
|-------------|---------------|
| 2018 | 18.564 |
| 2019 a 2021 | 45.578 |
| | <u>64.142</u> |

Os valores apresentados encontram-se a preço original de abril de 1995 e são atualizados com o índice de reajuste da tarifa, estando em vigor o índice de 4,71016 aprovado em 2016.

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

| | <u>31/03/18</u> | <u>31/03/17</u> |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| Receita de construção | 2.991 | 4.976 |
| Custo de construção | (2.991) | (3.514) |
| | <u>-</u> | <u>1.462</u> |

A margem apresentada no reconhecimento de receita de construção da Concer é referente ao 12º aditivo do contrato de concessão (vide nota explicativa nº 3 i).

Notas Explicativas

b) Concepa

Até 31 de março de 2018 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos.

A Companhia contratou de parte relacionada o aluguel de sua sede. O contrato tem vigência de um ano, com previsão contratual para opção de renovação. Os valores são reajustáveis pelo IGPM e não há restrições à Companhia ou qualquer obrigação derivada deste contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

| | <u>31/03/18</u> | <u>31/03/17</u> |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| Receita de construção | - | 11.019 |
| Custo de construção | - | (11.019) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> |

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Conforme 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o Programa de Exploração da Rodovia - PER passou a prever investimentos no montante de R\$283.081 com o seguinte cronograma de desembolsos:

| <u>Ano</u> | <u>Valor</u> |
|------------|----------------|
| 2018 | 44.819 |
| 2019 | 56.207 |
| 2020 | 84.852 |
| 2021 | 97.203 |
| | <u>283.081</u> |

Adicionalmente, a Econorte assumiu o seguinte compromisso decorrente da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

| | <u>31/03/18</u> | <u>31/03/17</u> |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| Receita de construção | <u>1.001</u> | 6.834 |
| Custo de construção | <u>(1.001)</u> | (6.834) |
| | <u>-</u> | <u>-</u> |

Notas Explicativas

d) Concebra

A Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

| Ano | Valor |
|---------------|------------------|
| 2018 | 907.831 |
| 2019 | 1.006.546 |
| 2020 | 406.434 |
| 2021 até 2044 | 5.416.198 |
| | <u>7.737.009</u> |

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

| | 31/03/18 | 31/03/17 |
|-----------------------|-----------------|----------|
| Receita de construção | 23.238 | 11.430 |
| Custo de construção | (22.649) | (11.140) |
| | 589 | 290 |

e) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

| Ano | Valor |
|---------------|----------------|
| 2018 | 61.622 |
| 2019 | 12.012 |
| 2020 | 40.314 |
| 2021 | 10.892 |
| 2022 | 27.878 |
| 2023 até 2032 | 182.839 |
| | <u>335.557</u> |

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

| | 31/03/18 | 31/03/17 |
|-----------------------|-----------------|----------|
| Receita de construção | 6.677 | 2.759 |
| Custo de construção | (6.677) | (2.759) |
| | - | - |

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

Notas Explicativas

30. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de março de 2018 totalizam R\$1.777 (R\$6.853 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$2.015 (R\$7.739 no consolidado) respectivamente.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$1.698 (R\$7.524 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$1.962 (R\$ 8.465 no consolidado) respectivamente.

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31 de março de 2018 é de 1.023 participantes (1.005 participantes em 31 de dezembro de 2017).

31. Eventos subsequentes

i) Comitê Independente

No dia 06 de abril de 2018, o Comitê Independente, criado pelo Conselho de Administração da Companhia, contratou o escritório Maeda, Ayres e Sarubbi Advogados para iniciar os trabalhos de investigação.

O Comitê Independente foi criado para coordenar a instauração de uma investigação dos eventos reportados quanto ao mandado de busca e apreensão realizado na Companhia e nas controladas Econorte e Rio Tibagi em 22 de fevereiro de 2018.

O Comitê é composto por dois Conselheiros Independentes da Companhia e por um terceiro membro independente, o Sr. Durval José Soledade Santos, advogado com ampla experiência no mercado de capitais, tendo atuado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e comitês de diversas companhias de capital aberto.

ii) Recuperação Judicial - Viracopos

No dia 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 e do parágrafo único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76.

O objetivo do pedido é preservar os ativos das companhias, promover o equacionamento de sua situação financeira, assegurar a continuidade das atividades e a manutenção de milhares de postos de trabalho (diretos e indiretos), assegurar o recolhimento de relevantes tributos e o pagamento dos créditos concursais, na forma do plano de Recuperação Judicial que será apresentado oportunamente para deliberação pelos credores.

Em 09 de maio de 2018 foi deferida, por decisão judicial da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas, a suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como de todas as

Notas Explicativas

ações e execuções movidas contra as investidas, notadamente da multa administrativa aplicada relativamente à conclusão da fase I-B prevista no Contrato de Concessão.

Para que o juiz competente possa analisar o processo, foi determinada ainda a realização de perícia prévia para conferência da regularidade e completude da documentação que instruiu a petição inicial da Recuperação Judicial, conforme dispõe o art. 51 da Lei nº 11.101/05, para o que foi nomeada a consultoria Deloitte Touche Tohmatsu, que deverá apresentar o respectivo relatório no prazo de 20 dias.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE**

| POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA. | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|--------------|----------------------------|----------|-------------------|------------------------------------------------------|
| Companhia: | | | | | | Posição em 31 de março de 2018 (Em Mil Ações) |
| TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A. | | | | | | |
| Acionista | Ações Ordinárias | | Ações Preferenciais | | Total | |
| | Quantidade | % | Quantidade | % | Quantidade | % |
| THP - Triunfo Holding de Participações Ltda. | 97.750 | 55,54 | - | - | 97.750 | 55,54 |
| BNDES Participações S.A. – BNDESPAR | 8.966 | 5,09 | - | - | 8.966 | 5,09 |
| Explorador Capital Management (i) | 20.105 | 11,42 | - | - | 20.105 | 11,42 |
| Luiz Fernando Wolff de Carvalho | 1.502 | 0,85 | - | - | 1.502 | 0,85 |
| Miguel Ferreira Aguiar | 892 | 0,51 | - | - | 892 | 0,51 |
| Wilson Piovezan | 88 | 0,05 | - | - | 88 | 0,05 |
| Carlo Alberto Bottarelli | 600 | 0,34 | - | - | 600 | 0,34 |
| Ações em tesouraria | 2.493 | 1,42 | - | - | 2.493 | 1,42 |
| Outros | 43.604 | 24,78 | - | - | 43.604 | 24,78 |
| Total | 176.000 | 100,0 | - | - | 176.000 | 100,0 |

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

| DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO ACIONISTA CONTROLADOR DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|--------------|-----------------------------|----------|-------------------------------------------------------------------|--------------|
| Denominação: | | | | | Posição em 31 de março de 2018 (Em Mil Ações ou Cotas) | |
| THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA. | | | | | | |
| Acionista / Cotista | Ações Ords. / Cotas | | Ações Prefs. / Cotas | | Total | |
| | Quantidade | % | Quantidade | % | Quantidade | % |
| João Villar Garcia | 30.456 | 22,5 | - | - | 30.456 | 22,5 |
| Luiz Fernando Wolff de Carvalho | 30.456 | 22,5 | - | - | 30.456 | 22,5 |
| Miguel Ferreira Aguiar | 30.456 | 22,5 | - | - | 30.456 | 22,5 |
| Wilson Piovezan | 30.456 | 22,5 | - | - | 30.456 | 22,5 |
| Klavier Investimentos S.A. | 13.535 | 10,0 | - | - | 13.535 | 10,0 |
| Total | 135.359 | 100,0 | - | - | 135.359 | 100,0 |

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

| POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|---------------|------------------------------------------------------------------------|----------|----------------------------------------------------------------|---------------|
| Posição em 31 de março de 2018 | | | | | | |
| Acionista | Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades) | % | Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades) | % | Quantidade Total de Ações (Em Unidades) | % |
| Controlador | 97.750.000 | 55,54 | - | - | 97.750.000 | 55,54 |
| Explorador Capital Management | 20.104.950 | 11,42 | - | - | 21.608.913 | 12,28 |
| Controladores e Administradores | | | | | | |
| Controladores | | | | | | |
| Luiz Fernando Wolff de Carvalho | 1.502.082 | 0,85 | - | - | 1.532.667 | 0,87 |
| Miguel Ferreira Aguiar | 891.928 | 0,51 | - | - | 962.467 | 0,55 |
| Wilson Piovezan | 87.790 | 0,05 | - | - | 582.467 | 0,33 |
| Administradores | | | | | | |
| Diretoria | 600.000 | 0,34 | - | - | 600.000 | 0,34 |
| Conselho Fiscal | - | - | - | - | - | - |
| Ações em Tesouraria | 2.493.400 | 1,42 | - | - | 2.493.400 | 1,42 |
| Ações em circulação | 52.569.850 | 29,87 | - | - | 50.469.965 | 28,67 |
| Total | 176.000.000 | 100,00 | - | - | 176.000.000 | 100,00 |

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

| POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO | | | | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|---------------|--------------------------------------------------------|----------|------------------------------------------------|---------------|
| Posição em 31 de março de 2017 | | | | | | |
| Acionista | Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades) | % | Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades) | % | Quantidade Total de Ações (Em Unidades) | % |
| Controlador | 97.750.000 | 55,54 | - | - | 97.750.000 | 55,54 |
| BNDES Participações S.A. | 25.966.004 | 14,75 | - | - | 25.966.004 | 14,75 |
| Controladores e Administradores | | | | | | |
| Controladores | | | | | | |
| Luiz Fernando Wolff de Carvalho | 2.000.200 | 1,14 | - | - | 2.000.200 | 1,14 |
| Miguel Ferreira Aguiar | 1.430.000 | 0,81 | - | - | 1.430.000 | 0,81 |
| Wilson Piovezan | 1.050.000 | 0,60 | - | - | 1.050.000 | 0,60 |
| Administradores | | | | | | |
| Conselho de Administração | 16.565 | 0,01 | - | - | 16.565 | 0,01 |
| Diretoria | 630.000 | 0,36 | - | - | 630.000 | 0,36 |
| Conselho Fiscal | - | - | - | - | - | - |
| Ações em Tesouraria | 2.493.400 | 1,42 | - | - | 2.493.400 | 1,42 |
| Ações em circulação | 44.663.831 | 25,37 | - | - | 44.663.831 | 25,37 |
| Total | 176.000.000 | 100,00 | - | - | 176.000.000 | 100,00 |

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR respectivamente referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Recuperação Extrajudicial

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nos 1 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que, em 22 de julho de 2017, a Companhia, ajuizou pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos”), em conjunto com suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCER, Companhia de Maestra Serviços de Engenharia S.A., NTL - Navegação e Logística S.A., Dable Participações Ltda. e Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. (em conjunto “Recuperandas”), nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo em 25 de julho de 2017, conforme descrito nas referidas notas explicativas. Os Planos foram homologados pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no dia 9 de fevereiro de 2018, nas condições descritas na Nota Explicativa no 33 ii). Os possíveis efeitos sobre as operações das Recuperandas, caso haja, dependem de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, tais como o próprio resultado da execução dos Planos nos moldes planejados. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e controladas

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nos 1, 12 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, onde a Administração detalha o plano para continuidade operacional da Companhia e de suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte. A continuidade operacional depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, além da alienação de ativos e execução dos Planos de Recuperação Extrajudicial. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas concessionárias. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da investida Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito nas Notas Explicativas nos 3 iv) e 31 ii) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, as seguintes ações foram tomadas em relação ao investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil S.A.: i) baixa integral do investimento na Aeroportos Brasil S.A. no exercício de 2017, em decorrência da Assembleia Geral Extraordinária em 28 de julho de 2017, onde os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A. autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17; ii) Em 07 de maio de 2018 as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de recuperação judicial. A implementação das ações acima depende de eventos futuros e visam preservar os ativos e a promover o equacionamento de sua situação financeira com vistas a assegurar a continuidade de suas atividades. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das investidas acima citadas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Continuidade operacional da controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. Concepa

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3 i) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. - Concepa encerrará suas operações em 4 de julho de 2018, em razão da conclusão da extensão do prazo de concessão. As demonstrações financeiras intermediárias da investida foram preparadas no pressuposto do encerramento do contrato de concessão. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Investigação Interna

Conforme mencionado na Nota Explicativa nos 1 vii) e 31 i) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigações internas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre os mandados de busca e apreensão, cumprido pela Polícia Federal, na sede da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda., ocorrido em 22 de fevereiro de 2018. As ações para a investigação pelo Comitê Independente ainda se encontram em fase inicial e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou suas controladas decorrentes deste processo de investigação interno, bem como pelas autoridades públicas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa no. 2.6 foram auditados por nós, que emitimos relatório datado em 15 de março de 2018, que não conteve qualquer modificação. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de maio de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC- 2SP034519/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 09 de maio de 2018 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

São Paulo, 09 de maio de 2018.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 09 de maio de 2018 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

São Paulo, 09 de maio de 2018.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores